

revista

poli saúde
educação
trabalho

Ano VII – Nº. 39 – mar./abr. 2015



Mala Direta
Básica

88123401802015-00/PJ
Flóres

Correios

A sede do progresso e o progresso da sede

ENTREVISTA

Marcelo Carcanholo alerta sobre as consequências da crise atual para os trabalhadores

PÚBLICO E PRIVADO NA SAÚDE

Pesquisa mostra o alto investimento das empresas de planos de saúde nas eleições de 2014

Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**



PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
de Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde



RETS

**Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde**

**Observatório
Juventude & T**



**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	4
Água: crônicas de uma crise anunciada	
Entrevista	12
Marcelo Carcanholo – "O segundo mandato da presidente Dilma será de sérias e graves consequências para a classe trabalhadora"	
Ajuste fiscal	16
Tudo pelo econômico?	
Almanaque	18
Público e privado na saúde	21
Ligações perigosas	
Livros	24
Críticas por outras melodias	
Dicionário	25
Austeridade	

A coerência concreta das crises que têm abalado a realidade em todos os cantos fez deste número da Poli uma edição muito integrada. A conta que os trabalhadores estão pagando pela crise econômica, aqui e na chamada Europa do Sul, está presente de forma direta em três matérias diferentes. Em uma delas, pesquisadores e sindicalistas analisam os impactos e as justificativas do governo brasileiro para tomar iniciativas como as Medidas Provisórias 664 e 665, que restringem benefícios trabalhistas e beneficiários como parte do pacote de ajuste fiscal. Na 'Entrevista', o economista Marcelo Carcanholo fala das causas estruturais da crise e discute caminhos alternativos ao modelo econômico adotado no país, que ele não tem dúvida de classificar como neoliberal. Por fim, a seção 'Dicionário' aponta as origens e identifica quem ganha e quem perde com as políticas de 'austeridade' que têm sido implementadas em países como Grécia, Portugal e Espanha e agora chegam sem disfarce ao Brasil.

A relação interessada entre os interesses públicos e privados no Brasil aparece, claramente, na matéria que discute os resultados de uma pesquisa sobre o financiamento da campanha eleitoral do ano passado por empresas de planos de saúde. Mas ela está presente igualmente, como fio condutor, na matéria de capa desta edição, que traz uma abordagem sobre a crise da água completamente diferente do que se tem acompanhado pela grande imprensa. Nessa reportagem, você vai descobrir que a economia que você consegue fazer desligando o chuveiro enquanto toma banho significa muito pouco em comparação com o gasto de água provocado por atividades econômicas como o agronegócio e a mineração. Vai ver também como o progressivo desmonte da legislação ambiental em nome dos interesses empresariais, que a Poli vem denunciando há muito tempo, contribuiu para a escassez que estamos vivendo agora. Mais uma crise que cai no colo das pessoas erradas.

Por fim, a resenha desta edição analisa o livro 'O canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "Terceiro Setor"'.
Boa leitura!

Ano VII - Nº 39 - mar./abr. 2015
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Barros, Grasieli Nespoli, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Ana Beatriz de Noronha, Leandro Medrado, Leandro Nardarcio, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Clélia Assis, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tania Camel, Marcelo Melo.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br**Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos**

Marcelo Paixão

Editor

André Antunes

Repórteres

André Antunes
Cátia Guimarães
Leila Leal
Maíra Mathias

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Foto de Capa

Agência Brasil

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Água: crônicas de uma crise anunciada

Risco de colapso no abastecimento de água expõe as fragilidades de um crescimento econômico predatório dos recursos naturais.

André Antunes

“Calculadora de sonhos” é o nome de um simulador de consumo desenvolvido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e divulgado no site da empresa em janeiro, no auge da crise da falta d’água no estado. A ferramenta foi uma tentativa de estimular medidas de economia de água entre a população. A ideia é simples: digamos que o cliente tenha um “sonho” de comprar determinado produto; o que a ferramenta faz é calcular quanto de água ele precisa economizar todo mês para juntar dinheiro suficiente para realizar seu “sonho”. Para usar o exemplo do próprio site da Sabesp, um cliente que consuma por mês mil metros cúbicos de água e obtenha uma redução de 20% no consumo vai deixar de pagar R\$ 4.122 de conta de água e passar a pagar R\$ 2.149, uma economia de quase R\$ 2 mil reais por mês.

Digamos então que esse mesmo cliente tenha um “sonho”: economizar o equivalente ao lucro líquido da Sabesp, que em 2013 foi de R\$ 1,9 bilhão. Reduzindo seu consumo em 20%, nosso cliente levaria 950 mil anos para arrecadar essa quantia. Não aguenta esperar tanto tempo? O jeito é ser mais humilde: que tal “sonhar” com o total de dividendos distribuídos pela Sabesp aos seus acionistas em 2013? Aí o tempo de espera é mais curto: são necessários apenas 267 mil anos.

Economizar água não é o melhor caminho para juntar essa fortuna, e a própria Sabesp demonstrou isso muito bem. Embora agora incentive os consumidores a adotar um “uso racional” da água frente à crise, a opção da empresa tem sido por empregar sua racionalidade não para preservar as já escassas fontes de água, mas sim para garantir os seus interesses econômicos. Reportagem da Agência Pública mostrou que a Sabesp assinou com empresas paulistas no ano passado 42 contratos de demanda firme, que estabelecem tarifas reduzidas para aqueles que se comprometem a pagar por um determinado volume mensal mínimo. Desses, 30 foram assinados a partir de março, quando a crise já se avizinhava. A reportagem ainda revelou que no último relatório para investidores, a Sabesp argumentou que “este esquema de tarifas ajudará a impedir que nossos clientes comerciais e industriais optem por passar a recorrer ao uso de poços privados”.

A Sabesp é uma empresa de capital misto desde 1994, quando houve o processo de privatização de 49,7% de suas ações, que a partir de 2002 passaram a ser comercializadas na Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York. O restante ficou sob controle do governo estadual. De 2003 a 2013, a empresa distribuiu aos seus acionistas mais de R\$ 4 bilhões em dividendos. Só que para muitos que observam a crise atual, esse modelo acabou prejudicando a qualidade do serviço prestado. Pesa contra a empresa a falta de investimentos para reduzir a dependência do Sistema Cantareira, que acabou sendo o pivô da crise.

Mas também não dá para colocar a culpa só na Sabesp. O governo do estado, acionista majoritário da empresa, ainda reluta em admitir a gra-

vidade da crise (embora os jornais venham denunciando que em muitos bairros da periferia de São Paulo falte água em vários dias da semana), mesmo depois do vazamento do áudio de uma reunião da direção da Sabesp, em que o diretor metropolitano da empresa deu o tom da gravidade do problema: “Vamos dar férias para 8,8 milhões de habitantes e falar ‘saíam de São Paulo!’. Porque não vai ter água [...] Quem puder compra garrafa, água mineral. Quem não puder vai tomar banho na casa da mãe lá em Santos”, disse Paulo Massato. Em janeiro deste ano ele chegou a aventar a necessidade de um rodízio de dois dias com água e cinco sem na região metropolitana.

Essa é apenas uma “pitada” de um ingrediente essencial para a receita da crise hídrica que atingiu em cheio o Sudeste de 2014 para cá: a má gestão dos recursos hídricos. Adicione um pouco de estiagem, com uma das maiores secas da história se abatendo sobre a região; acrescente uma boa dose de descaso com as políticas de recuperação da vegetação de áreas de mananciais e, por fim, o ingrediente final: imobilismo político em ano de eleição (afinal ninguém quer falar de assuntos incômodos como uma crise sem precedentes no abastecimento de água em meio a uma campanha eleitoral). Junte tudo isso, misture bem e está pronto o prato intragável que boa parte da população provavelmente vai ter que engolir a seco ao longo deste ano.

Mesmo com chuvas, reservatórios têm níveis críticos

A situação só não é mais alarmante porque tem chovido. Até janeiro, o nível da maioria dos reservatórios das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais seguia trajetória de queda. A partir de fevereiro, a seca aliviou, as chuvas vieram e os reservatórios subiram de nível. As notícias sobre a crise sumiram dos noticiários da grande mídia. Mas não se engane: a situação ainda é bastante crítica. No momento em que esta edição estava sendo concluída, o site da Sabesp informava que o nível do Cantareira – que chegou a 5,1% no final de janeiro – residia no patamar de 17,1%. Só que há aí uma “pegadinha”: em maio e outubro de 2014, a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela coordenação do sistema nacional de recursos hídricos, deu autorização para que a Sabesp captasse, duas cotas do volume morto da represa, a água que fica abaixo do nível das comportas e precisa ser bombeada. Com isso o volume da represa passou de 982 bilhões de litros para 1,269 trilhões, e a Sabesp começou a divulgar o nível de água remanescente a partir desse aumento da capacidade total do sistema. Assim, a empresa pôde divulgar que o nível do reservatório era de 17,1%, quando na verdade, se considerarmos apenas o volume útil da represa, vemos que já foram retirados 119,2 bilhões de litros de água a mais do que o total que o sistema comporta.

E faz diferença? Faz, se levarmos em conta que o volume morto tem esse nome por um motivo: ele não deveria servir para consumo, e sim para evitar que o sistema entre em colapso. “A altura de captação é decidida com base no cálculo de quanto posso retirar para não matar o sistema. Tirar mais dessa água vai começar a matá-lo. Esse é o risco que estamos correndo”, alerta Marussia Whately, coordenadora da Aliança pela Água, movimento formado por diversas entidades que se uniram para cobrar ações de enfrentamento à crise. Para piorar, há indícios de que a água do volume morto pode trazer riscos à saúde. Tanto que o Ministério Público de São Paulo ajuizou duas ações civis públicas contra a Sabesp questionando a captação de água do volume morto no Cantareira e no sistema Alto Tietê, que juntos abastecem mais de dez milhões de

peças. Isso porque o uso do volume morto ameaça trazer à tona poluentes depositados no fundo da represa, que não são filtrados por sistemas tradicionais de tratamento de água. “Esse tipo de decisão foi adotada pela resistência do poder público em estabelecer medidas de redução de oferta de água ao longo do ano passado, que foi um ano perdido em relação à gestão preventiva”, critica Marussia.

A situação não é muito diferente no Rio de Janeiro: dois dos quatro principais reservatórios que abastecem o estado a partir da captação de águas do Rio Paraíba do Sul chegaram a utilizar o volume morto em janeiro: o Paraibuna e o Santa Branca. Com as chuvas de fevereiro, os reservatórios subiram de nível, mas ainda estão em situação crítica: o Paraibuna conta hoje com pouco mais de 4% de seu volume útil, sem contar o volume morto; o Santa Branca tem 5,77% de seu volume útil. No total, o sistema que abastece 12 milhões de fluminenses, que conta ainda com os reservatórios Jaguari e Funil, está hoje com 12,88% de seu volume total. No mesmo período do ano passado, a situação era bem melhor: segundo dados da ANA, em março de 2014 o volume total do sistema girava em torno de 40% de sua capacidade.

Já o sistema Paraopeba, que abastece a Região Metropolitana de Belo Horizonte, também encontra-se num nível bem abaixo do esperado para essa época do ano: 35%, metade do nível do sistema no mesmo período de 2014.

E o problema vai além. No Nordeste, que junto com o Sudeste concentra 75% da água consumida no país, a situação é parecida. De acordo com o Instituto Nacional do Semiárido (Insa), os 391 reservatórios da região têm hoje dez bilhões de metros cúbicos de água, 28% da capacidade total. Segundo o Insa, 50 reservatórios já entraram em colapso e outros 148 estão em estado crítico,

Lavoura de aipim: barragem no Guapi-Açu deve alagar área responsável pela produção de 55 toneladas de alimentos.



com menos de 10% de sua capacidade de armazenamento. Mesmo se nos próximos meses a região receber um volume de chuvas dentro da média histórica, a previsão é de que a situação dos reservatórios piore ainda mais ao longo do ano.

O mar vai virar sertão?

O que mais apareceu até agora como solução foram as campanhas voltadas para fazer com que a população reduza seu consumo de água. E como mostrou uma notícia veiculada no portal G1 no dia 6 de fevereiro, elas podem ter efeitos desastrosos entre a população. Uma enfermeira da cidade de Araçatuba, no interior paulista, registrou um boletim de ocorrência na polícia contra uma motorista que tentou atropelá-la quando ela lavava a calçada de sua casa. A motorista teria gritado à enfermeira que ela estava “acabando com a água do mundo”. O incidente demonstra o grau de penetração desse discurso que aponta como solução para a crise o comportamento individual. Mas a verdade é que uma redução do consumo doméstico seria de pouco impacto numa crise, por mais que campanhas de estímulo à economia da água possam fazer parecer o contrário. Isso porque o consumo doméstico é responsável em média por apenas 10% do volume de água consumido no Brasil anualmente, segundo a ANA. A maior parte da água consumida no Brasil vai para a agricultura, com 70% em média. Mas é bom especificar: o grosso desse consumo não se dá na agricultura familiar, que produz mais de dois terços dos alimentos consumidos no país, e sim para o agronegócio, que produz as *commodities* cuja exportação mantém a balança comercial brasileira estável.

Segundo Paulo Petersen, assessor da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, o impacto do agronegócio sobre os recursos hídricos não se dá somente do ponto de vista da demanda, mas do ponto de vista da oferta também. “Ao mesmo tempo em que consome muita água, o agronegócio degrada o solo, sobretudo aqueles onde estão localizadas as nascentes das principais bacias. Boa parte da água que abastece as maiores bacias hidrográficas da América do Sul vem do Cerrado. Ali é a fronteira de expansão do agronegócio, que vem degradando o solo com enorme velocidade”, diz Paulo. Com a substituição da vegetação nativa por monoculturas, continua, o solo dessas regiões perde a capacidade de armazenar água. “Essa é uma agricultura que consome muita matéria orgânica. Isso para solos tropicais é muito importante, porque eles dependem dela

para manter sua estrutura, o que é uma condição para absorver a água da chuva. No momento em que você consome a matéria orgânica, esse ‘efeito esponja’ vai se perdendo, o solo vai ficando compactado e a água que cai, ao invés de infiltrar, escorre, provocando erosão”, explica.

Para quem acha exagero atribuir ao desmatamento do Cerrado a falta de água no Sudeste, saiba que tem muita gente que estuda a fundo a questão e afirma categoricamente que as duas coisas estão relacionadas sim. É o caso do professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás, Altair Barbosa. Em entrevista publicada no site do jornal goiano Opção, Altair explica que é no Cerrado que se localizam grandes aquíferos que alimentam importantes bacias hidrográficas do continente sul-americano. Um exemplo é o aquífero Guarani, que alimenta a bacia do Paraná, que por sua vez contém a maior parte dos rios que banham os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, incluindo o Pantanal. Esses aquíferos são grandes reservatórios de água absorvida pelo solo. Com a retirada da vegetação nativa para dar lugar às monoculturas e pastagens, esse processo fica comprometido. O efeito dominó que decorre disso traz sérias consequências para os territórios banhados pelos rios que nascem ali: Altair explica que com a redução na absorção da água da chuva, os aquíferos não vêm recebendo água suficiente, fazendo com que em média dez pequenos rios do cerrado simplesmente desapareçam a cada ano. “Esses riosinhos são alimentadores de rios maiores,

Títulos correspondentes a negociações com produtos agropecuários, metais, minérios e outros produtos primários nas bolsas de mercadorias.

que, por causa disso, também têm sua vazão diminuída e não alimentam reservatórios e outros rios, de que são afluentes. Assim, o rio que forma a bacia também vê seu volume diminuindo, já que não é abastecido de forma suficiente”, diz. Altair afirma que a vazão dos rios da bacia do Paraná vem diminuindo ano a ano. Para ele, essa é uma consequência direta da ocupação desenfreada das áreas de recargas de aquíferos do Cerrado pelo agronegócio a partir dos anos 1970. “Vai chegar um tempo, não muito distante, em que não haverá mais água para alimentar os rios. Então, esses rios vão desaparecer”, alerta.

Os rios aéreos da Amazônia

Se a água que vem do subsolo está se tornando cada vez mais escassa, o mesmo pode estar acontecendo com a água que cai na forma de chuva. E pelo mesmo motivo: o desmatamento para a abertura de novas fronteiras de expansão agropecuária. Estudos desenvolvidos no bioma amazônico vêm apontando a relação entre a perda de cobertura florestal e as interferências no regime de chuvas em regiões bem distantes dali, como o Sudeste do país. Antonio Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), faz, no artigo ‘Futuro Climático da Amazônia’, uma síntese da literatura científica sobre essa questão. Ele aponta que, desde a década de 1970, estudos mostram que a floresta mantém o ar úmido por mais de três mil quilômetros continente adentro, por um processo que chama de reciclagem de umidade. A água que cai na forma de chuva sobre a floresta é absorvida pelo solo e fica armazenada ali ou mais abaixo, nos aquíferos. Dali a água começa seu caminho de volta para a atmosfera, primeiro por meio das raízes profundas e depois através de tubulações nos troncos que levam a água até a copa. A água é liberada na forma de vapor para a atmosfera por meio da transpiração, processo pelo qual a planta regula sua temperatura interna, absorve gás carbônico essencial para a fotossíntese, ao mesmo tempo em que contribui para devolver à atmosfera vapor d’água misturado a gases orgânicos que cumprem papel fundamental no funcionamento da atmosfera e das chuvas. Segundo Nobre, uma árvore grande é capaz de bombear mais de mil litros de água por dia para a atmosfera. Com bilhões de árvores, a floresta é responsável pela liberação de uma quantidade de vapor maior do que a quantidade de água do rio Amazonas. Ele cita estudo da Revista *Nature*, que apontou que 90% da água que chega à atmosfera oriunda dos continentes vem da transpiração das plantas. Os processos de transpiração e condensação mediados pelas plantas interferem na pressão e na dinâmica atmosféricas, fazendo com que a umidade vinda do oceano penetre no interior do continente florestado. Boa parte da água que entra como vapor sobre a floresta vinda do oceano não retorna ao oceano por meio do rio Amazonas. A conclusão é que a Amazônia estaria exportando esse vapor para outras regiões do continente e irrigando outras bacias hidrográficas que não a do Amazonas. Análise na água da chuva que precipitou sobre o Rio de Janeiro encontrou indícios de que parte dela vinha não do oceano, mas da Amazônia. A essa massa de água que sai da Amazônia na forma de vapor para precipitar em regiões distantes como o Sudeste, Nobre chama de rios aéreos.

Zerar o desmatamento na Amazônia é, portanto, uma tarefa “para antever”, defende Nobre. A floresta, que já perdeu 20% de sua cobertura original, corre o risco de desaparecer se a perda chegar a 40%. Se isso acontecer, a alteração no clima será de tal monta que mesmo as florestas intactas tenderiam a dar lugar a outro tipo de vegetação mais adequada a um clima de savana. A demanda é particularmente importante num momento em que os índices de desmatamento da Amazônia vol-

taram a crescer, depois de apresentarem queda desde 2005. Segundo dados da Organização Não Governamental Imazon, entre agosto de 2014 e janeiro de 2015 foram desmatados 1,7 mil km² de floresta, 215% a mais do que no mesmo período entre 2013 e 2014.

Mineração: alta demanda por água

Nem só de agronegócio se faz um superávit na balança comercial. Tampouco se produz uma seca tão grave. Outro fator importante nessa equação é uma atividade que também desmata, consome muita água e polui: a mineração, setor responsável por um volume de exportações da ordem de US\$ 47 bilhões no ano passado. Mas isso tem um preço: segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos pela água aumentaram de forma vertiginosa na última década. De 20 casos em 2003, o número subiu para 104 em 2013, num total de 31 mil famílias atingidas. Um terço dos casos envolvem mineradoras.

A matéria de capa da Poli nº 38 tratou do tema da mineração, e trouxe o relato de um conflito gerado pela Vale na Serra do Gan-



Segundo a ONU, 750 milhões de pessoas não tem acesso à água adequada ao consumo.



Fernando Frazão/Agência Brasil

darela, em Minas Gerais, numa região conhecida como Quadrilátero Ferrífero. Ali é produzido 60% do minério de ferro brasileiro. A serra abriga um enorme aquífero cuja capacidade foi estimada em 1,6 milhão de litros de água potável. Só que para chegar ao minério da Serra do Gandarela, a Vale precisa retirar e descartar uma cobertura de rocha porosa chamada canga, que é justamente a camada que absorve e filtra a água da chuva que vai se acumular no aquífero. Sua retirada inviabilizaria esse processo, colocando em risco o abastecimento de água na região. Organizados em torno do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, moradores da região vêm desde 2009 lutando contra a instalação da mina.

A mineração utiliza muita água também no transporte, que em Minas Gerais é feito através de quatro minerodutos da Vale que levam o minério das minas até os portos de Ubu, no Espírito Santo, e do Açú, no Rio de Janeiro. “O que é transportado nesses minerodutos

é uma polpa de minério e água, que é bombeada da mina até o porto. Quando chega ao porto, essa polpa é desidratada e a água é descartada no mar”, explica o professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Eduardo Barcelos. Segundo ele, os quatro minerodutos em atividade hoje em Minas consomem o equivalente a uma cidade de 1,6 milhão de habitantes. “Não dá para debater a crise da água sem falar dos minerodutos. Por que a gente os elegeu como forma de transporte de minério? Por que não pode ser por ferrovia?”, questiona Eduardo. Segundo ele, em 2012 o Brasil “exportou”, na forma de minérios, soja e grãos em geral, carne bovina e suco de laranja, 112 trilhões de litros de água. “Esse modelo extrativista que temos hoje de extração de recursos naturais e exportação de *commodities* é um debate que precisa ser incluído na crise da água”, diz.

O problema das barragens: o caso do Guapi-Açu

Dos conflitos pela água listados pela CPT em seu relatório, 46% foram causados pela construção de barragens e açudes. Um exemplo é um projeto que tem tudo a ver com a crise da água: a construção de uma barragem no rio Guapi-Açu, em Cachoeiras de Macacu, no estado do Rio de Janeiro. Ali o governo estadual pretende implantar um reservatório sob a justificativa de abastecer de água o leste metropolitano do Rio. O projeto está em pauta desde 2008, quando foi desenvolvido como uma das condicionantes exigidas pelo governo fluminense para o licenciamento do projeto de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) pela Petrobras na cidade de Itaboraí. Com a previsão de que a região receberia um influxo grande de novos moradores e indústrias a partir da instalação do complexo, o projeto foi desenvolvido devido à constatação de que o sistema Imunana-Laranjal, que abastece as cidades de São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e a Ilha de Paquetá, seria insuficiente para suprir a demanda.

Em 2013, o governo do estado emitiu decretos desapropriando os 2,1 mil hectares onde será construído o reservatório e também uma área para reassentar as três mil famílias atingidas. A mobilização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) conseguiu no ano passado a suspensão da análise do licenciamento ambiental da obra junto ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Este ano, no entanto, com a troca da equipe de governo após as eleições, o projeto voltou à baila. Agora não mais sob a justificativa do Comperj, cujas obras se encontram paradas devido ao escândalo de corrupção na Petrobras revelado pela Operação Lava-Jato, mas sim usando o argumento da crise hídrica. Segundo Eduardo Barcelos, o governo federal já deu sinal verde para a construção da barragem, para a qual serão destinados R\$ 250 milhões.

Só que o vale onde se pretende instalar a barragem é dos mais férteis do estado. Um relatório produzido pela Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) sobre o projeto estimou que, com o alagamento da região, deixarão de ser produzidas 55 toneladas de legumes, frutas e hortaliças que abastecem o Ceasa de Irajá, um dos principais entreposto comerciais de alimento da região metropolitana do Rio. “Corremos o risco de um desabastecimento alimentar”, alerta Eduardo. Além disso, ele calcula que a construção da barragem irá desmobilizar uma cadeia produtiva que envolve cerca de 15 mil trabalhadores, do agricultor ao feirante. “Você vai desmobilizar 15 mil empregos diretos e indiretos de uma cadeia de produção de alimentos para gerar de forma temporária 700 empregos na construção da barragem”, destaca.

Para Gilberto Cervinski, coordenador do MAB, a solução passa por políticas de estímulo à recuperação e preservação da vegetação no Guapi-Açu. “O que defende-

mos é que se crie uma política de apoio a todas as famílias daquela bacia hidrográfica para a recuperação das nascentes, preservação das margens do rio para aumentar a sua capacidade, limpar a água. Isso aumentaria a capacidade de vazão de água de forma permanente”, defende. Eduardo Barcelos concorda. Para ele, o debate sobre a necessidade de recuperação do potencial de oferta de água das bacias hidrográficas tem sido ignorado. “Sabemos que as bacias do Sudeste foram historicamente degradadas por ocupação por pastagens, monocultura de cana e de café. Esses ciclos degradaram as bacias no sentido de remover a vegetação, destruir áreas importantes para reter água”, explica Eduardo. Exemplo disso é o Sistema Cantareira, epicentro da crise em São Paulo: dados da Aliança pela Água dão conta de que o sistema conta hoje com apenas 30% de sua vegetação original. Para ele, é preocupante que o poder público venha focando em soluções para a crise baseadas na construção de grandes obras, como barragens e transposições de rios. “Uma questão que ninguém toca é a ineficiência dos sistemas de abastecimento de água. Na região metropolitana do Rio há em média 35% de perda de água. Nenhuma perspectiva de um programa de redução de perdas foi colocada para diminuir esses números”, reclama. Em São Paulo esse índice é de cerca de 30%.

Transposição do São Francisco

Diferente do que acontece no Sudeste, a falta de água é um problema crônico no semiárido nordestino. E assim como no Sudeste, o enfoque dado aos grandes empreendimentos domina qualquer debate que possa haver sobre o manejo sustentável dos recursos hídricos e do solo. Ali, a principal solução encontrada para o problema da seca responde pelo nome de Transposição do Rio São Francisco,

obra iniciada em 2008 e que deve consumir R\$ 8,2 bilhões até o fim de 2015, quando o governo federal prometeu entregá-la. Como explica João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco em Pernambuco, o empreendimento exemplifica bem duas facetas do problema da água dos quais já falamos nessa matéria: a priorização das grandes obras pelo governo e a falta de discussão sobre o uso da água. Ele afirma que embora o projeto tenha sido vendido como solução para o problema do abastecimento das pessoas por conta da seca, na prática o que se viu foi diferente. “Um projeto que retira água do São Francisco através de dois canais projetados para tirar 127 m³ de água por segundo – para você ter uma ideia, o Sistema Cantareira abastece São Paulo com uma vazão de 50 m³ de água por segundo – para proporcionar uma irrigação pesada e o uso pelas indústrias”, assinala João. Segundo ele, um dos locais que devem receber água do São Francisco é a represa do Castanhão, onde foi construído um canal de ligação com o porto de Pecém, no Ceará. “Sabe por quê? Estão construindo uma siderúrgica ali que, sozinha, consome o equivalente a um município de 90 mil habitantes. Para isso a água do São Francisco vai servir, agora para abastecer o povo que hoje está sendo assistido por frotas de caminhão-pipa, não”, reclama.

Outros grandes consumidores da água do São Francisco através da transposição são os chamados perímetros irrigados, grandes fazendas circundadas por canais de irrigação. Nessas fazendas são produzidas frutas para exportação. “Se produz melão, melancia, frutas que são 80% água. Olha que coisa estranha: você vai produzir frutas com uma capacidade de armazenamento enorme de água no semiárido. O uso de água é intensivo, tem que fazer grandes obras hidráulicas, e quem vai consumir isso é a França, o Japão, a Inglaterra. De novo estamos exportan-

do água”, destaca Eduardo Barcelos.

Segundo João Suassuna, o problema do semiárido brasileiro não é exatamente falta de água. A região tem 37 bilhões de metros cúbicos de água represados, o maior volume do mundo em regiões semiáridas. Em 2006, a ANA publicou um estudo chamado Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água, em que propôs que fossem realizadas obras para melhor aproveitar esse volume. A um custo de R\$ 3,3 bilhões, o projeto visava ao abastecimento de 34 milhões de pessoas em municípios de até cinco mil habitantes. “A transposição do São Francisco visa ao abastecimento de 12 milhões de pessoas e tem um custo de R\$ 8,2 bi. Aí no momento de se elencarem os projetos para serem bancados pelo PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], venceu a transposição. Como é possível um negócio desses? Essa é a verdadeira indústria da seca”, ataca.

Déficit de saneamento

O número de pessoas que tem dificuldade em obter água própria para consumo no mundo chega a quase 750 milhões. Um em cada três não tem acesso adequado ao esgotamento sanitário. Essas foram algumas das conclusões de um relatório divulgado pela Unicef no dia 22 de março deste ano, quando se comemora o Dia Mundial da Água. Segundo a entidade, 90% dessas pessoas está em áreas rurais, e são os cidadãos mais pobres e marginalizados que mais sofrem com a privação de água. Segundo o relator da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Direito à Água e ao Saneamento, Leo Heller, o Brasil tem avançado na ampliação dos sistemas de água e esgoto, mas a situação ainda é crítica: 40% da população não tem acesso adequado à água e 60% não tem esgotamento sanitário.

Para Alexandre Pessoa, profes-

sor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz, os números apontam para uma crise ambiental mais profunda em curso, cuja “ponta do iceberg” é a crise hídrica. Ele defende uma abordagem “multiescalar” no enfrentamento do problema. Numa escala maior, está a questão da preservação das bacias hidrográficas que abastecem a população, que hoje enfrenta obstáculos dos quais já falamos nessa matéria, notadamente o avanço da fronteira agrícola que ameaça a integridade de biomas como o Cerrado e a Amazônia, essenciais para a regulação do clima e do regime dos rios.

Em outra escala, está a questão do saneamento. Em 2007 foi aprovada a Política Nacional de Saneamento Básico, que apontou a necessidade de se elaborarem planos de saneamento em nível federal, estadual e municipal. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 71,8% dos municípios não haviam elaborado um plano em 2011. O prazo para que todos os municípios tenham esse plano termina em 2015. “O governo federal não pode se limitar apenas a uma análise burocrática, se recebe ou não o documento. Caso contrário, não se resolvem distorções que já estamos presenciando na execução desses planos de saneamento”, alerta Alexandre. Segundo ele, devido à dificuldade que muitos municípios têm pela falta de corpo técnico para realizar o planejamento nos moldes preconizados pela lei, o que tem prevalecido é a lógica do “copia e cola”. “Você compara planos municipais de municípios diferentes e vê que têm o mesmo conteúdo”, relata. Segundo o IBGE, a grande maioria dos planos municipais contempla apenas um diagnóstico da prestação de serviços de saneamento, e poucos apresentam planos de contingência para eventuais crises. De acordo com o Instituto, no Sudeste, onde está a maior parte dos municípios que possuem um planejamento para a área de saneamento básico, apenas 20% deles apresentaram planos de contingência, que deveriam definir a prioridade para o uso dessa água. A Política Nacional de Recursos Hídricos, que completa 18 anos em 2015, prescreve que a prioridade no abastecimento de água é para o consumo humano. “E na história do país vimos que a prioridade foi para o desenvolvimento industrial”, diz Alexandre.

A ausência de planejamento engendra uma situação em que a população disputa água com as indústrias. Eduardo Barcelos cita um exemplo do Rio de Janeiro, estado onde o uso industrial responde por 37,7% do consumo de água. A Baía de Sepetiba, no oeste da Região Metropolitana do Rio, concentra empreendimentos como o Porto Sudeste, e indústrias como a LLX, Gerdau e Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). “Essas empresas foram licenciadas sem a exigência de que buscassem alternativas de fornecimento de água fora da rede. Isso pressiona o abastecimento populacional, porque você não divide o que é uso industrial com determinados mananciais e uso doméstico para outros”, diz. Para Eduardo, isso acaba expondo a fragilidade dos processos de licenciamento ambiental. “É preciso criar diretrizes no licenciamento para que os empreendimentos façam planos alternativos de captação de água que não sobrecarreguem o sistema público: captação de água de chuva, água de reuso do efluente, dessalinização de água do mar. Mesmo que isso custe caro”, diz.

Um dado presente na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) do IBGE aponta uma outra faceta do problema: 45% dos municípios brasileiros não possuíam rede coletora de esgoto em 2008, o que influencia diretamente na qualidade das águas de mananciais utilizados para abastecimento. É o caso da represa Billings em São Paulo, que recebe água poluída dos rios Tietê e Pinheiros. Diante da crise, o governo de São Paulo discute utilizar água da represa para abastecimento da po-

pulação. “A Billings é maior exemplo do quanto nosso cuidado com a água está equivocado. É uma represa enorme, próxima da cidade, que poderia ser uma fonte de abastecimento e de lazer mas que não é utilizada porque ainda não conseguimos limpar o Tietê e o Pinheiros e continuamos poluindo a Billings sem priorizar investimentos para limpar”, lamenta Marussia Whately, da Aliança pela Água.

Para Alexandre Pessoa, na raiz do problema está a falta de prioridade para a área do saneamento num contexto em que, em nome de um modelo de desenvolvimento que não dialoga com as necessidades socioambientais da população, o Estado, em conjunto com o grande capital, vem atuando na flexibilização da legislação ambiental brasileira. “A lógica das *commodities* minerais e agrícolas tem cada vez mais flexibilizado a legislação. Isso foi muito exemplificado nas grandes obras portuárias e logísticas realizadas na orla marítima, na construção e projetos de grandes barragens, na revisão do Código Florestal e também na questão da revisão da lei de mineração no país”, diz. Segundo ele, nesse processo, vários direitos têm sido violados. “Quando governo e setor privado têm interesse em implementar um empreendimento, a capacidade de representação da sociedade civil fica extremamente limitada pela não disponibilidade das informações”, afirma.

Desinformação

Ninguém sofre mais com essa desinformação do que as pessoas que só entraram em contato com o problema da crise hídrica pelo que foi publicado na mídia. O caso de Camila Pavanelli é exemplar: espantada com a falta de informações disponíveis sobre a verdadeira situação do abastecimento de água em São Paulo, ela começou a escre-

ver boletins diários sobre a falta d’água no Facebook, que depois se transformaram em boletins semanais. Ali ela passou a coletar, sistematizar e comentar todas as informações sobre a crise que iam saindo na imprensa. “Uma coisa que me espanta muito é como o discurso oficial passou de ‘não falta água’, no fim do ano passado para ‘não haverá rodízio’, agora que o Aleckmin foi reeleito. Primeiro se negava que faltava água quando já faltava água e agora se nega que haverá rodízio quando ele já existe”, resume Camila, fazendo referência a várias reportagens sobre bairros que estão há vários dias sem receber água, como Carapicuíba. Para ela, há uma clara discrepância entre o real tamanho do problema e o grau de indignação da população. “Não é porque o povo é alienado. Isso tem a ver com a cobertura da imprensa e com as informações que o próprio governo e a Sabesp divulgam”, afirma. Foi por conta disso que Camila decidiu encerrar suas postagens com uma recomendação que, segundo ela, serve como um convite para que as pessoas “pensem um pouco no que está acontecendo”. Para aqueles cuja “ficha” não caiu, mesmo depois de ler esta reportagem até aqui, fica a dica da Camila: pode entrar em pânico. ●

O que o Código Florestal tem a ver com a falta d’água?

Agronegócio, mineração, grandes obras de infraestrutura. Todos esses exemplos que foram dados até aqui integram um projeto de desenvolvimento que atende a grandes empresas. E, para viabilizar esse modelo, o Estado tem promovido um desmonte sistemático na legislação ambiental. Talvez o maior exemplo disso tenha sido a aprovação do novo Código Florestal, em 2012. “Sem dúvida, esse é o maior retrocesso na legislação ambiental de toda a história do país, com graves consequências para a questão dos recursos hídricos”, diz Maurício Guetta, assessor do Instituto Socioambiental (ISA).

As mudanças mais significativas se deram no regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs), que são justamente as áreas mais importantes do ponto de vista da preservação dos recursos hídricos: nascentes, topos de morros, margens de rios, etc. “A lei acabou reduzindo em mais de 90% os topos de morro no Brasil, APPs fundamentais para conter erosão do solo, infiltrações e controlar a rigidez dos recursos hídricos”, explica. O novo código também flexibilizou a obrigatoriedade de preservação da vegetação nas margens dos rios. A lei atual prevê um escalonamento do tamanho da área a ser preservada com base na largura do rio, sendo o mínimo 30 metros. O problema é que ela estabeleceu que o marco de onde se começa a contar esses 30 metros é o leito regular do rio, e não o leito maior, ou seja, durante as cheias, como dizia a legislação anterior. “Isso tem um impacto muito drástico. As estimativas giram em torno de uma área florestal que deixa de ser preservada do tamanho do estado de São Paulo. O efeito prático disso é que as APPs estarão dentro dos próprios rios nas épocas de cheia. Ou seja, não vai ter proteção nas margens”, lamenta Maurício. A esperança é que essas alterações sejam revogadas a partir do julgamento de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adis) que hoje tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). “Se existe uma situação grave hoje em termos de escassez de recursos hídricos, caso esse código seja aplicado na maneira como ele se encontra, acredito que vamos ter graves consequências no médio e longo prazo”, alerta.

MARCELO CARCANHOLO

'O segundo mandato da presidente Dilma será de sérias e graves consequências para a classe trabalhadora'

Leila Leal

O aprofundamento da crise econômica capitalista e seus impactos no Brasil colocam na ordem do dia uma série de debates sobre sua natureza, as respostas elaboradas pelos governos, seus impactos sobre os trabalhadores e as possíveis alternativas a partir de um projeto diferente do atualmente hegemônico. Nesta entrevista, Marcelo Carcanholo, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (Niep-UFF) e presidente da Sociedade Latino-americana de Economia Política e Pensamento Crítico (Sepla), analisa as recentes experiências no Brasil, dialogando com o contexto da América Latina e da Europa. Defendendo que a implementação de políticas sociais não elimina o caráter neoliberal do modelo brasileiro, Carcanholo explica que o crescimento dos anos anteriores se deveu ao contexto internacional, denuncia uma falsa polarização entre os projetos que se enfrentaram no segundo turno das eleições e alerta sobre as consequências da crise atual para os trabalhadores.



Arquivo pessoal

Durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, você afirmou que o ajuste econômico entraria em cena, independente do resultado. Após os primeiros meses do governo Dilma Rousseff, com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e medidas como a restrição de direitos trabalhistas e cortes orçamentários, esse ajuste já está caracterizado? Como foi possível saber que as duas candidaturas apostariam nessa resposta aos efeitos da crise?

Parece mais do que evidente que o ajuste recessivo para responder aos efeitos da crise mundial e seus impactos na economia brasileira está sendo efetivado pelo governo federal. Não se trata apenas da nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Ao contrário, Joaquim Levy foi indicado porque este ajuste já fazia parte do plano de governo. É central entender que o ajuste tem dois componentes: o que se chama de instrumentalização da política econômica de maneira ortodoxa e, também, o aprofundamento de reformas estruturais liberalizantes, que estamos vendo em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários e que também fazem parte da estratégia de desenvolvimento do governo. Por que já se sabia que, independentemente de quem saísse vencedor nas eleições, essa seria a forma de combate aos efeitos da crise? Porque a estratégia de desenvolvimento que embasa as duas propostas concorrentes no segundo turno é a mesma: o neoliberalismo. Ao contrário do que muitos pensam, o neoliberalismo não é sinônimo de políticas econômicas ortodoxas, com redução de gastos para conter a demanda. Na verdade, ele se define, basicamente, por duas ideias: manutenção da estabilização macroeconômica e implementação de reformas estruturais pró-mercado. Mas não é necessário que a estabilização seja obtida com

políticas econômicas ortodoxas, tudo depende do contexto internacional e da conjuntura. Em momentos de crise profunda, como agora, adota-se o ajuste recessivo ortodoxo. Em outros momentos, admitem-se políticas menos convencionais, desde que as reformas estruturais sejam mantidas ou aprofundadas. Assim, a estratégia neoliberal de desenvolvimento vem sendo aplicada desde os anos 1990, mesmo quando muitos acharam que não. O que mudou em alguns momentos foi a conjuntura, mais favorável, que permitiu políticas econômicas menos convencionais. Mas isso não significa que se tratava de uma estratégia de desenvolvimento diferente da neoliberal. Isto permite entender, inclusive, como o chamado novo-desenvolvimentismo não é distinto do neoliberalismo.

E o que significa a instrumentalização da política econômica de maneira ortodoxa?

Quer dizer que as políticas monetária, fiscal e cambial buscam responder aos efeitos da crise mundial restringindo o crescimento da demanda interna, o que aprofunda a recessão. Na política fiscal, o governo amplia a cobrança de impostos e aprofunda a redução dos gastos, com o objetivo de ampliar o superávit primário [diferença entre as receitas governamentais e as despesas correntes não financeiras]. Isto lhe permite ampliar os recursos comprometidos com o pagamento do serviço da dívida pública. Na política monetária, foram restringidos os canais de ampliação do crédito, ao mesmo tempo em que as taxas de juros tendem a se elevar. No que diz respeito à política cambial, o governo está se isentando de interferir no mercado de câmbio como vinha fazendo antes. Em um momento de crise, as pessoas tentam vender reais para comprar dólares. Isso tende a aumentar o preço do dólar, o que significa aumentar a taxa de câmbio. Até agora, quando acontecia crescimento da demanda por dólares, o Banco Central atuava vendendo-os. Havia um aumento da demanda e também da oferta, o que impedia um impacto maior sobre o preço. Agora, o governo não está mais solucionando esse aumento porque não tem mais essa folga de dólares para ofertar.

Estima-se que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2014 tenha sido próximo de 0%, mas o lucro dos bancos Bradesco, Itaú e Santander cresceu 27% no período. Como entender o cenário econômico do país nesse início de segundo mandato da presidente Dilma e o que esperar para o próximo período?

Que a economia brasileira está em crise, não há a menor discussão, salvo alguns propagandistas oficiais que teimam em não enxergar a realidade. A crise não se inicia em 2015. Em qualquer economia capitalista, o que define uma crise não é a taxa de crescimento do PIB negativa, mas que esse crescimento não se dê na mesma proporção do que vinha ocorrendo. A discussão do valor da taxa de crescimento, assim, não é uma discussão sobre estar ou não em crise, mas do seu tamanho, de sua profundidade. A economia brasileira está em crise desde que a crise mundial estourou entre 2007 e 2008. Os maiores impactos da crise começaram a ser sentidos entre 2013 e 2014 e, em 2015, com maior intensidade. Logo que os dados de 2014 forem revisados, a perspectiva é que a tal recessão (que significa uma taxa negativa de crescimento da economia) já apareça em 2014. Em 2015 ela só se aprofundaria. E como a crise mundial está longe de ter passado, o segundo mandato da presidente Dilma será, certamente, de uma profunda recessão e, dada a forma de resposta

aos seus efeitos, de sérias e graves consequências para a classe trabalhadora. A segunda questão é que, em uma crise, há setores que crescem, acumulam capital, apresentam fortes valorizações. Uma crise não significa que todos os setores da economia estão em retração. Por que nesta crise o setor financeiro não está em retração? A lógica do crescimento foi calcada na base da concessão de créditos para vários setores, entre eles, o setor bancário foi fortemente beneficiado. Quando estourou a crise de 2008 o governo Lula aumentou ainda mais a concessão de créditos para expandir o consumo e segurar o impacto efetivo da crise. O setor bancário e financeiro ganhou muito com isso. Agora, não há mais essa resposta com aumento de crédito, o que está produzindo endividados. Mas as pessoas pagam as dívidas e, assim, o setor financeiro e bancário continua ganhando. Se, em algum momento, as pessoas não conseguirem mais pagar suas dívidas pode ser que o setor deixe de ganhar.

Você apontou que os dois projetos que polarizaram o segundo turno são fundados na perspectiva neoliberal. O país segue polarizado e a crise econômica é um tema permanente do debate político. As medidas concretas para respondê-la são defendidas pelos principais campos em disputa partindo do mesmo receituário. Que outras respostas seriam possíveis à crise, partindo de um referencial político que não colocasse os direitos dos trabalhadores em xeque?

Existe, hoje, uma falsa polarização. Sem dúvidas existe uma polarização do ponto de vista político, mas do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento econômico não há polarização alguma. O

que o neoliberalismo fez, desde os anos 1990 até hoje – porque nesse período o que mudou foi só a roupagem –, foi aprofundar a condição dependente da economia brasileira. As reformas estruturais ampliaram e criaram mecanismos que levam à transferência do valor produzido aqui, que na verdade é realizado e acumulado nas economias centrais fora daqui. Outras respostas à crise implicam outras estratégias de desenvolvimento. Se a ideia for manter a estratégia neoliberal de desenvolvimento, seja qual for o nome que se dê para isso, como novo-desenvolvimentismo, essa é a única resposta: um ajuste estrutural do tipo europeu. Que outras estratégias de desenvolvimento existem? Uma delas é romper com o neoliberalismo, revertendo as reformas estruturais, a abertura externa comercial e financeira e os processos de privatização e transnacionalização. Isso poderia ao menos diminuir a magnitude desse valor que a economia brasileira produz e, na verdade, é apropriado e acumulado em outras economias. Essa ruptura permitiria à economia brasileira e latino-americana não ter que aprofundar a superexploração da força de trabalho para compensar essa transferência de valor. Já seria uma alternativa extremamente radical e contrária ao neoliberalismo e poderia fazer com que a conta do ajuste à crise fosse paga mais pelos capitais transnacionalizados, inclusive o setor financeiro, e menos pela classe trabalhadora. O problema é que esse tipo de ruptura tem custos econômicos, políticos e sociais. E quanto mais se demora para reverter reformas desse tipo e quanto pior é o cenário internacional, como é o de hoje, maior é o custo. O melhor momento para reverter essa estratégia de desenvolvimento teria sido quando os ventos eram menos graves do que são hoje. De todo modo, em algum momento terá que se romper com essas reformas estruturais para ter uma estratégia diferente e, quanto mais tempo demorar, maiores serão os custos. Mas isto implica um compromisso político que este governo não tem e nunca teve. Aliás, é justamente por isso que já se esperava que o ajuste fosse este, independentemente de quem ganhasse as eleições presidenciais de outubro passado.

Uma série de analistas tem apontado que o momento de crescimento da economia brasileira nos governos Lula, além de refletir uma onda vertiginosa da economia internacional, significou uma inserção subordinada do Brasil. Quais as características daquele momento e o que mudou na economia brasileira de lá para cá?

Há muito desconhecimento em relação ao que ocorreu durante os governos Lula. É indiscutível que o crescimento da economia brasileira foi muito superior, naquele momento, ao que foi antes e ao que veio a ser depois. Mas é preciso ir além: por que isso ocorreu naquele momento? Porque outras políticas econômicas e estratégia de desenvolvimento foram aplicadas? Não! Rigorosamente era o mesmo modelo do segundo governo Fernando Henrique Cardoso. O crescimento no governo Lula tem uma única explicação: o contexto internacional se modificou. A economia mundial cresceu muito mais do que antes. Isso fez com que nossas exportações (principalmente dos produtos primários que nos re-especializamos em produzir e exportar) crescessem fortemente, gerando saldos positivos na balança comercial e até nas transações correntes, o que nos fazia depender menos de empréstimos nos mercados internacionais. Mesmo assim, tínhamos que rolar nosso **passivo externo**. Era preciso financiar o pagamento dos juros e amor-

tizações da dívida e a transferência de lucros e dividendos para o exterior, o que é feito recorrendo a esses mercados e tomando mais passivo. Aqui aparece a segunda perna do novo contexto internacional: mercados internacionais de crédito em expansão e taxas internacionais de juros muito baixas. O cenário externo não podia ser melhor. O que tudo isso mostra? Que durante o governo Lula crescemos mais porque éramos menos dependentes? Não, ao contrário. Só crescemos mais porque aprofundamos nossa dependência. Ocorre que a economia mundial estava em fase de expansão e, justamente porque éramos mais dependentes, crescemos mais também. Esse cenário externo favorável se modificou com a crise de 2007/2008. Uma questão importante também para relativizar o ‘sucesso’ da economia brasileira no período Lula é se perguntar o que ocorreu com as outras economias. Em relação à economia mundial e suas principais locomotivas, a economia brasileira cresceu menos, o que significa que a diferença de nossa economia frente às economias centrais se aprofundou. Por outro lado, comparando com a América Latina e o Caribe, nesse período só crescemos mais do que o Haiti. Todas as outras economias da região cresceram mais do que o Brasil durante os governos Lula.

Na última década, a América Latina vivenciou experiências com governos auto-identificados como ‘pós-neoliberais’. No entanto, em muitos países, as políticas de combate à miséria foram as-

Soma das dívidas resultantes de empréstimos estrangeiros no Brasil com o investimento estrangeiro nos setores produtivo e financeiro.

sociadas a um crescimento econômico calcado no aprofundamento do neoextrativismo. Como você caracteriza essas experiências e em que nível se diferenciam do receituário clássico dos anos 1990?

Como disse, ‘pós-neoliberalismo’, ‘neodesenvolvimentismo’ ou qualquer que seja o nome que se queira para essas experiências são falsas alternativas ao neoliberalismo. O neoliberalismo não é avesso a políticas sociais, então não é a mera existência destas que o nega. Isto é um profundo desconhecimento do que é o neoliberalismo. Basta uma primeira leitura dos autores – Friedman, Hayek, Von Mises, etc. – para perceber

“A estratégia neoliberal de desenvolvimento vem sendo aplicada desde os anos 1990, mesmo quando muitos acharam que não [...] o chamado novo-desenvolvimentismo não é distinto do neoliberalismo.”

que eles têm algo a dizer sobre políticas sociais. Evidentemente que não se trata de políticas generalizadas, que contrariem a lógica capitalista de acumulação. Trata-se de políticas focalizadas, temporárias que procuram minimizar os efeitos sociais que podem advir da implementação das reformas estruturais. Mas essas reformas são necessárias e, no longo prazo, tornam as políticas sociais desnecessárias. Por isso elas são temporárias e focalizadas. Perceba-se que é exatamente o discurso neoliberal das políticas que caracterizaram experiências como a brasileira. Isto posto, não se pode acreditar que todas as experiências na América Latina foram iguais e não representaram enfrentamentos ao neoliberalismo. Claramente, em maior ou menor grau, Venezuela, Bolívia e Equador procuraram, com todas as contradições e limites, enfrentar e romper com algumas reformas estruturais neoliberais. Os outros, Brasil entre eles, em nenhum momento se propuseram a isso. Ao contrário, tratou-se de aprofundar as reformas, ao mesmo tempo em que políticas sociais focalizadas e compensatórias faziam seu trabalho: compensar de forma focalizada. Bem adequado à ideologia neoliberal.

O questionamento à austeridade ganhou força com a recente eleição do Syriza, na Grécia, e o crescimento do Podemos, na Espanha. Esses partidos representam de fato uma alternativa e podem enfrentar o receituário da União Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu?

É preciso ter cuidado. De fato, Syriza na Grécia e Podemos na Espanha só são possíveis em função das drásticas consequências sociais produzidas pelo ajuste estrutural recessivo aplicado na zona do euro. É até natural que esses movimentos surjam com um discurso mais radical e de enfrentamento. Mas até que ponto se trata mesmo de estratégias mais radicais de desenvolvimento? Essa resposta só o próprio desdobramento histórico construirá, mas desde já é possível ver as limitações desses movimentos, em especial na Grécia. A prorrogação dos empréstimos para a rolagem da dívida requer novas reformas estruturais que o Syriza

já sinaliza implementar, explicitando contradições em sua própria base e ressuscitando os fortes protestos sociais naquele país.

A recente investigação chamada de ‘SwissLeaks’ revelou milhares de contas secretas do banco HSBC na Suíça usadas para sonegar bilhões de dólares em impostos. Entre os 106 mil clientes identificados, há 5,5 mil contas de brasileiros que somam R\$ 19,5 bilhões. O que esse caso revela sobre a dinâmica de acumulação e funcionamento do capitalismo no atual período?

Se ficarmos presos ao meramente pontual, a questão das contas secretas do HSBC vai nos mostrar, no máximo, um pedacinho do que vem acontecendo em determinado banco. Isso aconteceu e continua acontecendo em vários lugares. Trata-se de fluxos, e isso faz parte da lógica do capitalismo no Brasil. Para entender mais amplamente, precisamos apontar que o capitalismo é por característica um sistema concentrador de renda e riqueza; e que o neoliberalismo aprofunda a lógica concentradora de renda e riqueza, o que ocorre desde os anos 1990. A questão, assim, é: onde essa renda e riqueza concentradas são guardadas por aqueles que as auferem? Para termos uma ideia, aproximadamente metade do capital que sai do Brasil para o exterior é depositado em paraísos fiscais. Ou seja, passa por mecanismos de lavagem de dinheiro. Isso diz muito sobre a lógica concentradora de renda e riqueza que é característica do capitalismo e se aprofunda como estratégia neoliberal. É uma manifestação econômica e social de como esse sistema é extremamente concentrador e que, portanto, qualquer discurso paliativo é insuficiente. Ou se quebra com essa lógica ou toda medida será paliativa. ●

Tudo pelo econômico?

No contexto do ajuste, Medidas Provisórias que restringem benefícios trabalhistas e previdenciários são analisadas por pesquisadores e sindicalistas

Leila Leal

No apagar das luzes de 2014, dia 30 de dezembro, foram aprovadas as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que alteram as regras para concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas. Pensão por morte, auxílio doença, seguro-desemprego e abono salarial entraram no pacote de mudanças que compõem o ajuste fiscal apresentado pelo governo. De lá para cá, muito já se falou sobre as MPs, mas o governo e as principais centrais sindicais seguem divergindo sobre seu caráter e impactos. Enquanto o governo destaca os R\$ 18 bilhões anuais que serão economizados com o que apresenta como “correções de distorções”, diferentes organizações de trabalhadores identificam nas medidas ataques significativos aos direitos conquistados, formulando críticas que unificam centrais do campo de apoio e de oposição de esquerda ao governo Dilma Rousseff.

A divergência também aparece entre analistas e pesquisadores, tendo como pano de fundo o cenário de aprofundamento da crise econômica: afinal, as medidas são parte de um pacto necessário para superar o momento turbulento ou indicam uma opção por colocar o peso dessa conta nas costas dos trabalhadores? Os objetivos econômicos serão alcançados com esse tipo de restrição? Quais serão os custos e impactos dessa opção? As MPs, que já têm força de lei desde sua publicação, estabelecem inícios de vigências diferentes para cada mudança, que variam do próprio dia 30 de dezembro até o início de abril, no caso das mudanças de regras específicas do seguro-defeso (concedido a pescadores artesanais em períodos de proibição de atividades para preservação ambiental). O período máximo de validade de cada medida é de 120 dias. As principais mudanças relativas à pensão por morte, ao auxílio doença e ao seguro desemprego começaram a valer entre 1º de fevereiro e 1º de março. Agora, as MPs seguem a tramitação própria desse tipo de medida: foram instaladas comissões mistas para analisá-las e, depois, serão votadas e alteradas pelo Congresso, que discutirá propostas que vão desde modificações pontuais até a revogação das medidas. Após o debate nas comissões, as medidas irão à votação no plenário da Câmara e do Senado. As 750 emendas apresentadas no Congresso às MPs (foram 517 propostas de alteração para a MP 664 e 233 para a MP 665, elaboradas por deputados e senadores) dão uma ideia da extensão do debate. Quando uma MP é alterada, ela passa a tramitar como Projeto de Lei de Conversão. As alterações, depois de votadas pelo Congresso, seguem para sanção ou veto presidencial. Nesta reportagem, a Poli apresenta as modificações instituídas e traz um panorama dos principais temas em debate, ouvindo analistas, sindicalistas e pesquisadores.

O que muda

Alterando a forma de acesso aos direitos previdenciários, a MP 664 muda as regras de concessão da pensão por morte, do auxílio-doença e do auxílio-reclusão. No caso da pensão por morte, foram criados dois novos critérios, que passam a ser exigidos para que seja concedida ao cônjuge do trabalhador falecido: o casamento ou união estável precisa ter dois anos, no mínimo, e é necessário ter acumulado 24 contribuições para a previdência social. Além disso, há mudanças no valor do benefício pago: antes, ele correspondia a 100% do salário recebido pelo trabalhador. Com a MP, esse valor cai para 50% do salário, acrescido de 10% por cada dependente (com um teto de 100% no caso de haver mais de cinco dependentes). O tempo de duração da pensão por morte também será reduzido, de acordo com a expectativa de vida do cônjuge. O casamento ou união estável mínimo de dois anos também passa a ser exigido para concessão do auxílio-reclusão. No caso do auxílio-doença, o benefício, que era pago ao trabalhador após 15 dias de afastamento do posto, passa a vigorar só depois de 30 dias. Além disso, muda o valor do benefício pago: o trabalhador passa a receber de acordo com a média de suas 12

Dia Nacional de Mobilização
pautou revogação das MPs



CSP - Contatos

últimas contribuições para a previdência, e não mais pela média dos maiores salários de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Outra mudança importante é que as perícias realizadas para a concessão do auxílio, antes feitas exclusivamente pelo serviço público através INSS, passam a ser feitas também por empresas privadas.

As mudanças da MP 665 dizem respeito aos direitos trabalhistas, atingindo o seguro-desemprego, o abono-salarial e o seguro-defeso. No caso do seguro-desemprego, o trabalhador, que antes precisava ter trabalhado seis meses ininterruptos para acessá-lo, passa a recebê-lo somente se tiver trabalhado 18 meses (com ou sem interrupção) nos últimos 24 meses. Além disso, de acordo com a regra anterior, depois do primeiro acesso, o seguro-desemprego era concedido a quem tivesse trabalhado no mínimo seis meses nos últimos 36 meses, com carência de 16 meses entre um pedido e outro. Com a MP 665, o segundo acesso ao seguro-desemprego passa a exigir 12 meses de trabalho nos últimos 16 meses e, a partir daí, seis meses de trabalho ininterruptos para outros acessos, mantida a carência de 16 meses entre um e outro.

Para o abono salarial, benefício concedido aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, a exigência muda de um mês trabalhado no último ano para 180 dias ininterruptos nesse mesmo período. Há mudanças também no valor, que era de um salário mínimo, independentemente do tempo de serviço, e passa a ser proporcional aos meses trabalhados, variando de meio salário mínimo (para quem tiver trabalhado no mínimo seis meses) a um salário mínimo (para quem tiver trabalhado 12 meses). Quanto ao seguro-defeso, pago aos pescadores, há restrição na definição de pescadores artesanais e na obtenção do seguro, que passa a poder ser solicitado para apenas um tipo de peixe cuja pesca é proibida em determinado período do ano. Antes, os pescadores artesanais podiam requisitar o auxílio em diferentes períodos, relativos à proibição de pesca de diferentes espécies de animais.

Mercado rotativo e precário: quem paga a conta

De acordo com o estudo sobre as MPs elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgado em janeiro deste ano, somente as mudanças relativas ao seguro-desemprego significarão um aumento de 25,9% para 64,4% no número de trabalhadores demitidos que não poderão acessar o benefício, em relação ao total de dispensados de seus postos de trabalho. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2013, os mais recentes disponíveis, a pesquisa indicou que foram 12,5 milhões os empregos formais rompidos sem justa causa naquele ano. Desses, 3,2 milhões não atendiam às antigas exigências para acesso ao seguro-desemprego. Com as novas regras, esse número saltaria para 8 milhões, mais do que dobrando o percentual de trabalhadores que não acessariam o direito. No caso do abono salarial, a pesquisa destaca que

as mudanças terão impactos sobre a população mais vulnerável, afetada pela alta rotatividade no mercado de trabalho e pelos baixos salários: “Para se ter uma ideia, 43,4% dos trabalhadores formais permanecem por menos de seis meses num mesmo emprego e mais da metade – 54,8% – ganhavam, em 2013, até dois salários mínimos”, diz o texto, indicando o alto número de trabalhadores que não se enquadrarão nas novas regras. Também de acordo com os dados da Rais de 2013, fazendo-se uma projeção de acordo com o público identificado naquele ano que teve acesso ao abono em 2014, as mudanças excluiriam 9,94 milhões de trabalhadores desse direito, segundo a projeção do Dieese. Com as regras antigas, foram 23,97 milhões os atendidos; com as novas, esse número cairia para 14,03 milhões de trabalhadores que teriam direito ao abono. No caso das medidas que alteram direitos previdenciários, o estudo conclui que elas também atingirão trabalhadores de baixa renda, destacando que, segundo dados oficiais, mais da metade (57,5%) das pensões pagas pelo INSS são de um salário mínimo.

Giovanni Alves, sociólogo e professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp – Marília) que pesquisa as configurações contemporâneas do mundo do trabalho no Brasil, aponta que as medidas atingem setores que, além de fragilizados, costumam ter dificuldade de organização e mobilização. Ele avalia: “Há um novo período na economia brasileira, de recessão, e a mudança das regras como as do seguro-desemprego se dá em uma situação em que o desemprego vai crescer. Isso penaliza os setores mais precarizados, porque a rotatividade da força de trabalho no Brasil é muito grande. O que se deve discutir é como diminuir essa rotatividade, como penalizar as empresas que utilizam isso para tirar vantagens do cenário em que é fácil contratar e demitir”.

Rodrigo Castelo, economista e professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), concorda que serão os setores mais precarizados e vulneráveis os

atingidos pelas mudanças. E vai além, apontando que é necessário entender o perfil do emprego criado no país nos últimos anos para compreender o porquê de esses benefícios terem se tornado a ‘bola da vez’ no ajuste: “Considerando o mercado de trabalho formal brasileiro, que corresponde a 55% da classe trabalhadora – porque temos cerca de 45% dos trabalhadores na informalidade –, cerca de 90% dos novos postos de trabalho foram criados na faixa que remunera com até um salário mínimo e meio, que são justamente os que têm maior rotatividade. Isso significa que o mercado de trabalho brasileiro não foi reformulado do ponto de vista estrutural, e sim apenas conjuntural: tivemos a criação de muitos postos de trabalho nos últimos tempos, mas temos que discutir a sua qualidade. Que trabalho é esse e sob quais condições o trabalhador está exercendo os seus ofícios? Os números mostram o aumento da rotatividade do trabalho e também dos afastamentos por doença”, pontua, e conclui: “É por isso que o governo, hoje, ataca esses direitos: porque a conta do seguro desemprego, do afastamento por doença e o número de mortes no trabalho aumentaram muito, e isso aconteceu em função dos postos de trabalho que foram gerados. O governo está tentando minimizar os efeitos e não está atacando as causas, o que é bem importante para entender o caráter de classe dessas medidas”, frisa.

Correção de distorções ou retirada de direitos?

Apesar do diagnóstico semelhante sobre quem serão os atingidos pelas mudanças, as avaliações sobre suas motivações e objetivos são bastante variadas. A presidente Dilma Rousseff e o primeiro escalão do governo seguem minimizando seus efeitos e repetindo a tese de que seriam apenas medidas para evitar fraudes, corrigir distorções e, no máximo, equiparar gastos do Brasil com cobertura social aos padrões internacionais. Mas, mesmo entre os que veem as MPs com restrições e consideram que a conta da crise deveria ser ‘melhor dividida’ pelos diversos segmentos da sociedade, há quem acredite que o cenário econômico não permitiria alternativas muito diferentes. Giovanni Alves defende que as MPs precisam ser entendidas como correções, e acredita que o principal problema foi a falta de debate para sua aprovação: “É indiscutível que são correções. A questão que se coloca é a forma como foram feitas, sem uma discussão consensual com as centrais sindicais. O país vive uma crise e é necessário que se faça um ajuste, mas ele poderia ser feito penalizando os ricos, que na verdade são os que mais ganharam nos últimos anos e também têm uma parcela nessa crise”, pondera, destacando que o receituário capitalista da ‘austeridade’, com cortes de gastos em direitos, não deu certo em outros países: “A austeridade não está resolvendo o problema da crise em lugar nenhum do mundo. Por que resolveria no Brasil? Embora não seja, aqui, uma política de retirada de direitos, são medidas que visam a dificultar o acesso a direitos e, assim, não penalizam os que são responsáveis pela crise”.

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, destaca que o aperfeiçoamento e as correções de políticas públicas são sempre necessárias, e também identifica que o cenário de crise pressiona pelo ajuste: “Há correções que precisam ser feitas, mas o objetivo no momento é promover um ajuste e isso é feito em cima de temas que são discutíveis. As medidas não retiram nenhum direito, mas limitam o acesso ao direito. Todos continuam tendo acesso, mas em condições diferentes. No caso do auxílio-doença e da abertura ao setor privado para realização de perícias, é algo que o movimento sindical vê com preocupação. A defesa é que isso seja feito pelo setor público, para garantir que as avaliações sejam isentas. Já vivemos isso em um período relativamente recente, e depois houve ampliação da perícia feita pelo INSS e sistema público. Nesse sentido, dadas as condições, pode ser que esteja se dando um passo atrás”, pondera.

Rodrigo Castelo, no entanto, não acredita que sejam iniciativas pontuais e pressionadas pelo cenário imediato. O pesquisador encara as MPs de um ponto de vista mais geral e identifica uma relação de suas diretrizes com a política econômica implementada nos últimos anos: “As medidas são

a reafirmação da política econômica implementada desde o governo Fernando Henrique Cardoso, que teve continuidade, apesar das mudanças pontuais, nos governos Lula e Dilma. Foi mantida a política de superávit primário, mesmo com diminuição de patamar a partir do segundo governo de Lula, o que foi feito para tentar combater os efeitos da crise econômica que começava no plano internacional e tinha rebatimentos no plano nacional. No último ano, o governo Dilma chegou a zerar isso, mas agora, mais uma vez, reafirma esse compromisso de fazer o superávit primário para garantir o pagamento dos juros da dívida, que ainda continua abocanhando em torno de 45% do orçamento”, avalia, e completa: “O governo avaliou que essas medidas de redução pontual do superávit primário não lograram efeito, já que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto tem caído sistematicamente. O mito de que as chamadas políticas ‘neodesenvolvimentistas’ tinham acelerado o crescimento se provou completamente errado. Então, o que temos hoje é uma tentativa do governo de fazer um ajuste para acelerar o crescimento, o que não tem surtido efeito”, diz.

Avaliando que há uma continuidade da política econômica, Castelo aponta que as MPs inserem-se nesse contexto retirando e atacando direitos dos trabalhadores, confirmando a opção política de governar para o capital: “São medidas que retiram direitos, tanto do ponto de vista trabalhista como previdenciário. A previsão é que a economia com elas seja de R\$ 18 bilhões. Isso quer dizer que mais da metade de tudo o que o governo anunciou no início do ano, um ajuste de R\$ 30 bilhões, está sendo jogado para os trabalhadores com mudanças em direitos. Assim, estão repassando os custos da crise sobretudo para a classe trabalhadora. O fundo público no Brasil é trilionário e as classes – umas de forma mais consciente e organizada que outras – o estão disputando. As contas mostram que quem perde mais é a classe trabalhadora”, diz, explicando que o momento de crise não é, por si só, uma justificativa para essas opções: “Em

momentos de crise sempre existem saídas alternativas. É uma questão, a partir da realidade concreta, de escolha de projetos dos diferentes sujeitos históricos. É possível sair da crise pela direita ou pela esquerda, e isso não é uma questão somente de vontade. Mas, sem escolha, sem construção de um projeto alternativo, realmente se elimina de saída uma possibilidade classista e autônoma dos trabalhadores diante de uma crise”, diz. É crítica: “É importante ressaltar que o Estado brasileiro tem recursos para combater os efeitos da crise, e a questão é para onde vão esses recursos. Há entrada e saída de capital no país, e o governo segue com as medidas de liberdade cambial. O tripé de liberalização financeira, aumento dos juros e disciplina fiscal continua intacto. O governo e outros setores de apoio optaram por fazer ajustes na política macroeconômica com esse caráter porque mantêm as suas bases sociais fincadas no agronegócio, no grande capital monopolista nacional e internacional. Não fizeram uma opção de novas bases sociais para se reposicionar na luta de classes”.

Impactos econômicos

Junto à crítica da opção política feita pelo governo diante da crise, aparece o questionamento aos próprios efeitos econômicos das Medidas Provisórias na condução do ajuste fiscal anunciado. A partir da crítica inicial, de que nenhum imperativo econômico pode significar obrigatoriamente retrocessos em políticas sociais consolidadas, há analistas apontando que, mesmo do ponto de vista estritamente econômico, as MPs são problemáticas. É o caso de Jorge Luiz Souto Maior, Juiz do trabalho e professor livre-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). No artigo ‘Tragédias anunciadas: as medidas provisórias do governo Dilma’, ele diz que, para a magnitude da economia brasileira, a economia prevista será insuficiente: “A redução do gasto em R\$ 18 bilhões para uma economia como a do Brasil, cujo PIB é R\$ 4,84 trilhões (2013) é mesmo in-

significante. Verdade que nem assim houve superávit. Aliás, o que se anunciou foi o maior déficit nas contas do governo desde 1997, coincidentemente de cerca de R\$ 17,2 bilhões, tendo havido em dezembro de 2014, o pior resultado da história. Partindo dessa coincidência, fica até parecendo que o governo, sabendo que o déficit seria este, quis se antecipar a anunciar uma medida de restrição de gastos exatamente no mesmo valor, para acalmar o mercado e os eventuais críticos”, diz o texto. Ele segue destacando que, para o cenário da economia brasileira, o preço cobrado dos trabalhadores é desproporcional e, ainda assim, não surtirá os efeitos anunciados: “Diante desse contexto econômico chega mesmo a ser ridículo que o governo veja a necessidade de impor à classe trabalhadora um enorme sofrimento, para economizar míseros R\$ 18 bilhões, que representam cerca de 0,3% do PIB. Lembre-se, com bastante destaque, que somente em 2013, esse mesmo Estado deixou de arrecadar R\$ 77,8 bilhões, com reduções de tributos, sob o argumento de estimular a economia”, sinaliza.

Mobilizações: o que pensa o movimento sindical

Para Sebastião Cacau, da Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas), outro que identifica nas MPs uma retirada de direitos, é importante destacar que o movimento sindical, ao criticá-las, não está se colocando contra as distorções e possíveis fraudes que podem existir na concessão desses benefícios. No entanto, diz o sindicalista, é um problema que, a título de combater abusos e fraudes, o governo faça mudanças que atingirão os segmentos vulneráveis da classe trabalhadora. “Fraudes se combatem com políticas de fiscalização. O que o governo aponta são medidas que atacam e penalizam sobretudo os setores da população que mais precisam da previdência social. Diminui-se o acesso ao seguro-desemprego no justo momento em que o desemprego está aumentando no país. De dezembro do ano passado para janeiro deste ano, houve um aumento de 1%, atingindo-se um percentual de 5,4% de desemprego nas regiões metropolitanas. São 260 mil demissões entre dezembro e janeiro”, destaca.

Ele completa compartilhando a crítica de que os benefícios para os setores mais ricos são desproporcionais e injustos: “A economia com esses cortes será muito pequena diante de outras políticas do governo, que atuou nos últimos anos com medidas de isenções fiscais para setores da indústria muito superiores aos R\$ 18 bilhões que pretende economizar com as MPs. Isso nos parece, além de injusto, perverso, porque descarrega os custos da crise no setor mais pobre da população. O governo teria condições de combater sonegações, de taxar as grandes fortunas, de fazer outro tipo de ajuste”, defende.

Em fevereiro, o governo realizou uma reunião de negociação com sete centrais sindicais, apontadas como as maiores pelos cálculos do Ministério do Trabalho e Emprego, mas não acenou com a retirada das MPs. Participaram da reunião Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Nova Central, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Clemente Ganz, do Dieese, explica que a posição geral das centrais sindicais é pela retirada das MPs, mas que há organizações dispostas a negociar caso isso não ocorra: “Se não for possível a retirada pelo Executivo, as centrais irão pressionar o Congresso Nacional e disputar, por lá, a aprovação ou não de cada medida”. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) mantém em sua pauta de reivindicações o item “não às MPs 664 e 665” e convoca mobilizações para abril que incluem o tema.

Sebastião Cacau conta que a CSP-Conlutas, que não participou dessa reunião, defende a revogação das duas Medidas Provisórias e organiza mobilizações em conjunto com outras centrais sindicais para pressionar por isso: “Acreditamos que a posição mais séria das centrais seria se retirar dessa mesa de negociações com o governo e apostar na mobilização para derrubar as MPs. Houve um dia nacional de lutas em 6 de março e seguiremos mobilizados, com paralisações e manifestações. Estamos propondo um Fórum unitário de centrais para lutar contras as MPs. Não vamos aceitar nenhuma reforma restritiva na previdência nesse momento”, conclui. ●



NEGÓCIOS BANCÁRIOS

O que é um banco? Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), se trata de uma instituição do sistema financeiro que atua rentabilizando poupanças, emprestando dinheiro com juros para pessoas e empresas e realizando serviços, como o pagamento de contas, em troca de tarifas. A singeleza dessas atividades, contudo, encobre a outra face dos negócios bancários no mundo, como a lavagem de dinheiro para traficantes de armas e drogas, ditadores, milionários e demais interessados em esconder fortunas amealhadas de forma ilícita ou simplesmente escapar de impostos. O mais recente escândalo financeiro internacional joga os holofotes sobre o HSBC, um banco cuja história vale a pena relembrar.

Maior instituição bancária da Europa, o HSBC é conhecido por sua sede britânica. No entanto, suas origens estão na China, mais precisamente em Hong Kong e Shanghai, cujas iniciais correspondem ao "H" e "S" da sigla que dá nome à empresa. A fundação do banco se confunde com o contexto de dominação do Império Colonial Britânico sobre os chineses. Na época, a Grã Bretanha passava por sua segunda revolução industrial e queria escoar seus produtos para a China. Contudo, o governo chinês estava mais interessado em exportar chá, porcelana e seda do que em abrir os portos às mercadorias estrangeiras. A estratégia usada pela Grã Bretanha foi introduzir o comércio de ópio no território chinês. Extraída da papoula, a droga tem efeito sedativo e causa dependência química.

Ao ver o consumo do ópio explodir, os chineses proibiram seu comércio em 1796. Apesar disso, a venda seguiu ilegalmente. A escalada das tensões culminou, em 1839, na Primeira Guerra do Ópio, decretada pela Grã Bretanha após o governo chinês reagir com mandados de prisão contra mercadores britânicos e atear fogo aos armazéns que estocavam a droga. Vencedores, os ingleses obrigaram a China a abrir os portos e pagar uma indenização pelo ópio destruído em 1842. Foi só com a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860) que os ingleses conseguiram, finalmente, retirar a proibição do comércio da droga.

Sem amarras, o ópio chegou a alcançar 70% de todo frete marítimo inglês. Em meio à barbárie, as empresas transportadoras da droga viram uma oportunidade. Assim, em 1865, surge o HSBC, um banco criado para operar os lucros ligados à colheita, produção e venda da droga. Mais de dois séculos depois, o banco segue parceiro dos negócios escusos. O mais recente vazamento de informações sigilosas, conhecido como 'SwissLeaks', mostrou que a filial suíça do HSBC administrava 106 mil contas secretas de correntistas de 203 nacionalidades diferentes, sendo 8,6 mil delas de brasileiros. O escândalo reabriu o debate sobre o verdadeiro papel dos bancos.

Ligações perigosas

Pesquisa mostra o alto (e lucrativo) investimento das empresas de planos de saúde na campanha eleitoral de 2014

Cátia Guimarães



A Amil, maior operadora de planos de saúde do Brasil, foi vendida para a empresa norte-americana UnitedHealth em 2012, por R\$ 6,5 bilhões, numa operação polêmica, considerada por muitos analistas como inconstitucional. Na época, a alegação era que, embora não impedisse a presença de empresas internacionais no mercado de saúde suplementar, a Constituição Federal proíbe a participação de capital estrangeiro na administração de hospitais — e a Amil, apesar de se apresentar como plano de saúde, também tem uma rede hospitalar própria. Se fosse hoje, essa polêmica não teria chegado nem os poucos meses que durou já que, em janeiro deste ano, o Congresso Nacional aprovou e a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 13.079, que abre a porteira para a participação do capital estrangeiro na saúde.

Tudo isso é notícia velha. Mas o que talvez você não saiba é que, nas eleições do ano passado, essa mesma Amil, sozinha, doou mais de R\$ 26 milhões para diversos candidatos e, desse montante, R\$ 7 milhões foram destinados diretamente à campanha da presidente eleita Dilma Rousseff (PT). Para completar, dos R\$ 14 milhões que reservou para financiar candidaturas em 2014, a Bradesco Saúde destinou R\$ 105,6 mil para o deputado federal eleito Manoel Junior (PMDB/PB), autor da emenda que incluiu na Medida Provisória 656 a autorização para a entrada do capital estrangeiro na saúde. Gratidão, investimento futuro ou mera coincidência? “Não conseguimos comprovar causa e efeito nesse sentido, mas se considerarmos a presença constante de representantes dessas empresas em cargos diretivos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a aprovação, tanto pelo Congresso como pelo governo, de diversas medidas que beneficiam economicamente essas empresas, podemos dizer que tem sido um investimento lucrativo”, analisa Mario Scheffer, professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e autor, junto com Ligia Bahia, professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da pesquisa ‘Representação política e interesses particulares na saúde’. O estudo mapeou todas as doações oficiais feitas por empresas de saúde suplementar a candidatos do Legislativo e do Executivo, estadual e federal nas eleições de 2014. Scheffer concorda que a entrada do capital estrangeiro de forma irrestrita na saúde foi um indício importante do “poder de fogo” dessas empresas, que vão se beneficiar da medida com a ampliação da rede hospitalar e ambulatorial que estará a serviço dos planos. Mas ele alerta que esse é apenas um dos muitos exemplos dessa influência.

Linha direta

De fato, os dados mostram que a rede de relações das empresas de plano de saúde entre os políticos eleitos é extensa e variada. Nela estão desde deputados de menor expressão, como o autor da emenda do capital estrangeiro, até parlamentares reconhecidos pela atuação mais direta na área da saúde. Nesse segundo grupo estão nomes como o do ex-ministro da Saúde José Saraiva Felipe (PMDB-MG) e Osmar Terra, que, entre outras atuações, foi secretário estadual de saúde do Rio Grande do Sul e presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass). Cada um recebeu R\$ 100 mil de doações de campanha da Amil. Consta também dessa lista o deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS), que há muito tempo ocupa o cargo de presidente da Frente Parlamentar da Saúde na Câmara e foi contemplado com R\$ 300 mil doados pela Amil.

Uma polêmica recente que envolve acusações sobre a defesa de interesses privados se formou em torno do atual presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Beneficiado com uma doação oficial de R\$ 250 mil da Bradesco Saúde na campanha do ano passado, ele impediu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os planos de saúde requerida pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP) em março deste ano. A alegação era de que a CPI não tinha “foco”, mas o deputado garante que essa avaliação não procede. “Nós pedimos à assessoria legislativa da Câmara dos Deputados, que é muito competente, para dar um parecer completo. Eles nos forneceram esse parecer, que diz que nosso pedido de CPI atende a todos os requisitos”, diz, e denuncia: “O deputado Eduardo Cunha evidentemente não quis abrir a CPI por motivos políticos. Um desses motivos é que ele é um dos 30 e tantos parlamentares eleitos que foram financiados pelos planos de saúde”. No ano passado, Cunha se viu em meio a uma polêmica semelhante, quando foi relator

da Medida Provisória 627 que, no meio de muitos outros temas, anistiava cerca de R\$ 2 bilhões da dívida de empresas de planos de saúde com os cofres públicos. Como o tema gerou muita mobilização na sociedade civil e na imprensa, o deputado emitiu uma nota em que negava que se tratasse de anistia e dizia que só acolheu o texto porque a posição do governo federal era favorável ao artigo. Mas como a lista de interesses dessas empresas é extensa, já tramita no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 451/14) de autoria desse mesmo deputado que pretende incluir o acesso a planos de saúde para assistência médica no rol de direitos do trabalhador que constam da Constituição. Ao tratar a oferta privada de saúde como “direito”, a PEC vai na contramão da ideia de saúde como dever do Estado que foi impressa na mesma Constituição que Cunha agora quer modificar. E, se aprovada, ela deve ampliar significativamente o mercado da saúde suplementar. “Estamos, a passos largos, diante da privatização do sistema de saúde”, lamenta Mario Scheffer.

Esses exemplos da trajetória recente do presidente da Câmara, tal como o papel desempenhado pelo autor da emenda do capital estrangeiro, indicam relações muito diretas entre o setor empresarial que financia a campanha e a atuação parlamentar. Mas nem sempre essa linha é tão reta assim. No caso dos deputados mais diretamente ligados à saúde, por exemplo, a análise da atuação parlamentar mostra posturas dúbias, com posicionamentos em defesa do SUS e de apoio aos planos de saúde — naturalizados, em geral, como necessários para suprir aquilo de que o sistema público não dá conta. Para Mario Scheffer, a análise precisa enxergar o todo: “O *lobby* cria muito mais um ambiente propício aos seus interesses do que de fato um toma lá dá cá imediato. Mas acho que nós temos indícios que permitem associar essa relação do financiamento com o parlamentar ou governante eleito”, diz.

Triângulo amoroso

No caso da anistia da dívida dos planos, de fato, depois da pressão, a presidente Dilma acabou vetando o artigo polêmico. Mas a verdade é que o posicionamento do governo federal em relação aos interesses das empresas de saúde privada também não pode ser considerado acima de qualquer suspeita. Além dos R\$ 7 milhões da Amil, a candidata Dilma recebeu R\$ 4 milhões da Qualicorp, o equivalente a 65% do total de financiamento eleitoral feito pela empresa em 2014. Os outros R\$ 2 milhões foram doados ao Comitê Financeiro Nacional do PSDB mas, segundo o estudo, não é possível identificar se sua destinação final foi a campanha do candidato Aécio Neves. “A Qualicorp e a Amil têm uma história recente de decisões que foram favoráveis aos seus negócios”, afirma Mario Scheffer. E, segundo ele, no meio dessa relação entre o Executivo Federal e as empresas de planos de saúde quem desempenha um papel fundamental é a ANS.

Em relação à Amil, Scheffer destaca principalmente a rapidez com que a compra da empresa pela *UnitedHealth* foi aprovada pela Agência e pelos outros órgãos de governo, embora ressalte que, como maior operadora de planos do país, ela tem também interesses mais gerais, como a expansão desse mercado. É isso que passa por uma agenda que, segundo o pesquisador, é comum a todas essas empresas que investiram nas campanhas eleitorais: a flexibilização da regulação da saúde suplementar, desonerações e isenções fiscais.

Já a Qualicorp, que atua no segmento dos chamados planos coletivos por adesão, teve um crescimento vertiginoso depois que entrou em vigor duas Resoluções Normativas (nº 195 e nº 196) da ANS que contribuíram para a ampliação significativa da sua fatia de mercado. Em pouco tempo, ela se tornou a maior administradora de benefícios do país. Em quatro anos, aumentou significativamente também o investimento da empresa em campanhas políticas: foi de R\$ 1,9 milhão em 2010 — R\$ 1 milhão para a candidatura de Dilma, R\$ 500 mil para José Serra e R\$ 400 mil para Geraldo

Alckmin, que concorria ao governo de São Paulo — contra R\$ 6 milhões no ano passado. Chama atenção dos analistas críticos — inclusive os autores da pesquisa sobre financiamento de campanha — o grau de proximidade dessa empresa com as esferas reguladoras e governamentais. Um exemplo é o mecanismo que tem sido chamado de “porta giratória” na indicação de nomes para a diretoria da ANS. Um exemplo? O atual diretor-presidente da Qualicorp é Maurício Ceschin, executivo que já tinha presidido essa mesma empresa de novembro de 2008 a fevereiro de 2009. No intervalo entre essa primeira passagem pela Qualicorp e a atual, ele ocupou nada mais nada menos do que os cargos de diretor de desenvolvimento setorial e diretor presidente da ANS. “Pessoas vêm da iniciativa privada para a ANS fiscalizar o lugar de onde vieram. É a raposa tomando conta do galinheiro”, diz Ivan Valente. No caso da Qualicorp, vale registrar ainda que a proximidade com o mundo político no Brasil pode ser medida também pelas relações pessoais. As colunas sociais de jornais e revistas noticiaram, no ano passado, que a festa de casamento do fundador e um dos donos atuais da empresa, José Seripieri Junior, contou com a presença de grandes nomes da política nacional, como Geraldo Alckmin, José Serra e o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. “A Qualicorp é um fenômeno, não só de crescimento mas de proximidade do poder”, opina Scheffer.

A ANS está no centro também de outra pauta que Scheffer considera “de grande interesse” para essas empresas: o não ressarcimento ao SUS dos procedimentos que clientes de planos fazem no sistema público. “O próprio Tribunal de Contas da União aponta que o calote ao SUS é imenso: do que foi cobrado, nem 40% chegou aos cofres públicos, mas o pior é aquilo que nem se cobrou. A ANS nunca cobrou, por exemplo, por nenhum atendimento ambulatorial”, exemplifica. Na tentativa de influenciar a orientação da Agência, os agrados distribuídos pelas empresas de saúde suplementar na forma

de financiamento de campanha podem se dirigir ao governo federal, já que a Presidência da República é a responsável pela indicação dos nomes para a diretoria, mas também ao Senado, já que são esses parlamentares que sabatinam e aprovam as pessoas indicadas. Em 2014, quatro candidatos ao Senado receberam doações de planos de saúde. Desses, Lasier Costa Martins (PDT-RS) ficou com apenas R\$ 1 mil doados pela Unimed/RS e Rogério Carvalho (PT-SE), que construiu sua trajetória política na área da saúde, não se elegeu, mas recebeu R\$ 290 mil da Amil. A Bradesco Saúde doou R\$ 300 mil a Fernando Collor de Mello (PTB-AL) e a Unimed do Brasil destinou R\$ 100 mil ao senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Mas em relação ao governo federal, existem também ações diretas que têm beneficiado essas empresas. Gerou uma grande mobilização por parte do movimento sanitário e de outros setores, em 2013, a informação de que a presidente Dilma teria recebido um grupo de empresários da saúde suplementar que reivindicavam incentivos para a massificação de planos de saúde ‘populares’, de baixo custo. Medidas específicas de fomento a essa modalidade, de fato, ainda não foram postas em prática, mas não faltaram outros agrados. “A PEC 358, do orçamento impositivo, que cristalizou o subfinanciamento da saúde, foi inteiramente articulada e apoiada pelo governo federal. A aprovação da entrada do capital estrangeiro veio no dia seguinte e o governo defendeu, dizendo que não tinha problema, que isso já acontecia antes”, enumera Scheffer, acrescentando ainda a Medida Provisória 619 que, em 2013, mesmo antes desse aporte de recursos para financiar as campanhas, permitiu uma mudança na base de cálculo que reduziu em 80% o pagamento de PIS e Cofins pelas empresas de planos de saúde. “Há uma série de decisões políticas e sinalizações de que o próprio governo federal, o Ministério da Saúde, o poder Executivo está bastante alinhado com esses interesses”, resume.

Investimento futuro

De acordo com a pesquisa de Ligia Bahia e Mario Scheffer, apenas quatro empresas foram responsáveis por 95% do financiamento de campanha que veio da saúde suplementar. A Amil lidera a lista, com doações que ultrapassam os R\$ 26 milhões. Em seguida, vêm Bradesco Saúde, com R\$ 14 milhões, Qualicorp, com R\$ 6 milhões e Unimed, com R\$ 5,48 milhões.

Tem-se especulado na imprensa que a pauta mais atual do setor de saúde suplementar — a flexibilização da regulação dos planos individuais, que hoje têm o reajuste controlado pela ANS, ao contrário dos planos coletivos e por adesão — tem forçado um lobby em que essas gigantes se colocariam em lados opostos. Tudo indica que, nos bastidores, o governo tem pressionado para que se volte a oferecer planos individuais, uma modalidade que foi abandonada pelas empresas que querem exatamente fugir da regulação. Foi nesse hiato, inclusive, que a Qualicorp cresceu, investindo nos planos por adesão. A resposta dessas empresas teria sido uma contrapressão, pelo fim da regulação, o que significa vender planos individuais com regras semelhantes às que regem hoje os planos coletivos. E os comentaristas do mercado na imprensa afirmam que a simples notícia desse *lobby* por parte principalmente da Bradesco Saúde provocou queda nas ações da Qualicorp que, com essa mudança, enfrentaria mais concorrência. O desfecho dessa aparente queda de braços ainda é desconhecido, mas, por garantia, os investimentos foram altos já em 2014.

Apesar de eventuais interesses específicos e até opostos, Mario Scheffer garante que essas empresas têm muito mais interesses comuns e, hoje, formam uma verdadeira coalizão das pautas privadas junto com os hospitais particulares e a indústria farmacêutica. “Essa é a mesma coalizão de forças que dissemina que o SUS está falido, que a saúde universal é inviável”, conclui. ●

Crítica por outras melodias



Como é possível às classes dominantes reproduzir a sua dominação sobre os subalternos no mesmo período histórico em que direitos duramente conquistados são retirados e as condições relativas de vida do povo trabalhador se deteriora vigorosamente? E o pior: contando com fortes construções consensuais (mas, não apenas), tanto entre os trabalhadores quanto entre intelectuais outrora ou ainda autorreferenciados como sendo de “esquerda”?

As respostas não são simples, mas a obra organizada por Carlos Montaño *O canto da sereia* presta importante contribuição na elucidação de tais questões. Abarcando artigos frutos de pesquisas realizadas no âmbito da Escola de Serviço Social da UFRJ, a obra busca fazer um balanço crítico das ideologias e dos projetos oriundos do assim chamado “Terceiro Setor”. Os cantos criticados desse suposto “Terceiro Setor” são tanto os elaborados pelo campo neoliberal, quanto os construídos por grupos intelectuais de esquerda que, ao não atacar os elementos basilares da ordem capitalista, acabam contribuindo para apassivar setores potencialmente combativos dos movimentos sociais. O canto da sereia, portanto, é aquele a apassivar importantes setores da esquerda exatamente em um momento em que os níveis de concentração de riqueza e renda estão prestes a atingir os verificados na virada do séc. 19 para o séc. 20. O conjunto dos artigos articula fortemente a emergência dessas ideologias e projetos com o contexto histórico, destacando o advento do chamado neoliberalismo e a desapareição do chamado “socialismo realmente existente” – aprofundando a crise das perspectivas mais radicais de esquerda e criando o ambiente propício para que os cantos neoliberais e do “Terceiro Setor” possam ser entoados, seduzindo corações e mentes.

A obra inicia-se com o prefácio de James Petras e com o texto de apresentação do próprio Carlos Montaño – em que aborda a formação da ideologia e do Projeto do “Terceiro Setor”. Prossegue-se com a crítica do “1º Canto”, voltada para a noção liberal de sociedade civil e uma de suas expressões contemporâneas, as Ongs – com um artigo também do próprio Montaño sobre o papel histórico dessas entidades. Do “2º canto”, são denunciadas as apropriações apassivadoras das noções de “participação democrática” e de “empoderamento”, apontando o seu lugar na construção do consenso – com os artigos de André Dantas e de Ivy Carvalho. Do “3º canto”, são tratados criticamente os temas da “empregabilidade”, do “empreendedorismo” e da “Economia Solidária” – com os artigos de Marcela Soares, Gabriel Martins e Henrique Wellen. Do “4º canto”, aborda-se o assim chamado neodesenvolvimentismo enquanto “farsa”, ou seja, como outra etapa do neoliberalismo – com o artigo de César Maranhão. Do “5º canto”, trata-se das teorias dos “Novos Movimentos Sociais” e dos “Movimentos Socioterritoriais” (especialmente as de viés pós-moderno), além de se discorrer sobre as diversas posições de entidades dos movimentos ambientais – nos artigos de Caio Martins e Rachel Zacarias. Por fim, os comentários de Montaño sobre as formas de resistir a esses cantos mantendo-se firme à teoria marxista.

Tais cantos agem sobre aqueles que buscam engajar-se nas lutas do seu tempo, mas que enveredaram por “alternativas” que não atacam as bases do modo de produção capitalista (ao contrário, mesmo que inconscientemente, revigoram a sua hegemonia) e sobre os que de dentro dos movimentos sociais acabam fazendo coro a essas melodias. Assim, esta obra serve como advertência aos sinceros lutadores que buscam uma transformação social efetiva e como convite ao retorno à difícil mas cada vez mais urgente tarefa de compor novas melodias, novos cantos, que possam animar as lutas por uma radical transformação social que leve além da ordem capitalista: cantos revolucionários. ●

O canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. Carlos Montaño (org.). Cortez, 2013, 622p.

Por **Thiago R. Marques Ribeiro**, doutorando em História.

PUBLICAÇÕES



Realidades da educação profissional no Brasil
Eraldo Leme Batista e Meire Terezinha Müller (orgs.)
Editora Alínea, 2015, 290p.



A demolição de direitos
João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko (orgs.)
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015, 300 p.



Direito à qualidade na educação básica – Teoria e crítica
Salomão Barros Ximenes
Editora Quartier Latin, 2015, 408 p.

AUSTERIDADE

Mais de dez mil pessoas foram às ruas de Frankfurt, na Alemanha, no dia 18 de março deste ano, protestar contra a inauguração da nova sede do Banco Central Europeu. Um mês antes, cerca de 15 mil pessoas ocuparam as ruas na Grécia em apoio a um partido de esquerda que foi eleito com o compromisso de reverter a pauperização e a perda de direitos da população grega. Em janeiro, tinha sido a vez da Espanha, onde dezenas de milhares de pessoas saíram de casa pelas mesmas palavras de ordem. Em diferentes cantos da Europa, o que se ouviu é um grito de ‘basta’ às chamadas ‘políticas de austeridade’.

No Brasil, quem assistiu ao pronunciamento da presidente Dilma Rousseff no último dia 8 de março não ouviu a palavra ‘austeridade’, mas foi avisado sobre o ‘início’ de um período de sacrifícios impostos pela crise econômica, que teria finalmente chegado ao país. “O esforço fiscal não é um fim em si mesmo. É apenas a travessia para um tempo melhor, que vai chegar rápido e de forma ainda mais duradoura”, disse Dilma. Na contramão do otimismo da presidente, no entanto, os protestos massivos que têm sacudido a Europa mostram que, depois de muitos anos de ajustes e sofrimento, pelo menos por lá, o tal “tempo melhor” não chegou.

Sara Graneman, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que acaba de voltar de um pós-doutorado em Portugal, nos ajuda a entender esse aparente descompasso do discurso da presidente Dilma quando explica que, para que sejam implantadas as ‘políticas’ de austeridade, é preciso convencer a população de que “os trabalhadores é que estão vivendo acima do que o Estado pode bancar”. Por isso, a adoção de medidas como a que restringe o acesso ao seguro desemprego (ver pág. 14) aparece, na fala da presidente,

como uma revisão de “distorções” que teriam se criado nos benefícios de que desfrutam os trabalhadores. “Absorvemos a carga negativa até onde podíamos e agora temos que dividir parte deste esforço com todos os setores da sociedade”, explicou. Sara ironiza: “Austeridade, como quase todas as palavras que entram no léxico do capital, parece significar uma enorme seriedade: são austeros os capitais, são imprudentes e gastadores os trabalhadores”.

Perda de direitos

A chave para entender a divisão de responsabilidades pela crise é destrinchar a administração do fundo público. “A escassez tem a ver com duas perguntas: de onde está vindo e para onde está indo o dinheiro que compõe esse fundo?”, resume Marcela Pronko, vice-diretora de pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz. E ela mesma responde: “Num país como o Brasil, que tem uma taxa regressiva, a maior parte do fundo público vem do pagamento de impostos dos trabalhadores e não das grandes fortunas. Mas, em relação aos gastos, o caminho é inverso: mais de 45% do orçamento público hoje vai para o pagamento da dívida”. Para se ter uma ideia dessa disparidade, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, os R\$ 18 bilhões que o governo federal pretende economizar em 2015 com os “ajustes” que vão restringir benefícios trabalhistas equivalem a apenas cinco dias de pagamento da dívida pública. “Austeridade não é política: é desculpa, e altamente ideologizada, para a política de repartição do fundo público”, resume Marcela, explicando que o que está em jogo não é a redução, mas a destinação dos gastos do Estado.

Com algum esforço de simplificação, a fórmula pode ser resumida assim: diminuindo os gastos sociais do Estado, não só sobram mais recursos para o pagamento da dívida e outros investimentos como as próprias políticas sociais se transformam em um mercado de expansão do grande capital. “É nisso que consiste a austeridade: o Estado gastar menos com direitos e políticas sociais e destinar esses recursos ao capital”, explica Sara. Segundo ela, o que hoje se reconhece como ‘política’ de austeridade remete à década de 1970, quando o capitalismo entrou numa crise que era já sintoma do esgotamento do ciclo de crescimento que se deu no período pós-Segunda Guerra Mundial. Sara explica que, com o fim da União Soviética, no final dos anos 1980, foi possível um novo respiro, já que os países do Leste Europeu tornaram-se mercados para onde o capital poderia ainda se expandir. Mas isso também se esgotou. Foi aí, diz, que se ‘avançou’ diretamente sobre o fundo público como alavanca para o lucro privado.

Um dos mecanismos que garantiu a transferência de um grande volume de recursos do fundo público para o grande capital foram as privatizações. Não por acaso, essa questão esteve no centro das polêmicas que envolveram a eleição do Syriza, o partido que elegeu o Primeiro Ministro na Grécia e que, durante a campanha, prometeu suspender a privatização das empresas que foram vendidas como parte das ações de austeridade impostas ao país. Mas, já na primeira rodada de negociação de um novo empréstimo, o novo governo voltou atrás diante das pressões e hoje mantém apenas a revisão do acordo de concessão dos aeroportos. No Brasil, a ‘era das privatizações’ se deu principalmente nos anos 1990, mas isso não quer dizer que a opção pelos ‘ajustes’ no Estado tenha acabado. “Essa política de privatização tem um limite porque um dia essas empresas que podem ser vendidas acabam”, alerta Sara. E é aí que entra em cena uma nova forma de transferência de recursos do Es-

tado para grandes grupos empresariais. “O fundo público alocado nas políticas sociais é renovado todos os anos, todos os meses, todos os dias por meio dos impostos. O capital acordou para esse maná de dinheiro”, conta.

Funciona assim: o Estado reduz os recursos destinados à política social de modo direto e, com isso, reduz os direitos e cria mercados de educação, saúde, previdência etc. O problema é que não há gente que possa pagar por esses serviços em quantidade suficiente para garantir a lucratividade que o setor empresarial espera. A solução? “Você forma o maior conglomerado de ensino privado superior no Brasil à custa de financiamento público para garantir que os estudantes frequentem essas universidades”, explica, fazendo referência a iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), que são, inclusive, a garantia que as grandes empresas de ensino superior oferecem aos investidores. E tem dado certo: a Kroton – que se juntou à Anhanguera e se tornou a maior empresa de educação do mundo – teve, em 2014, um lucro líquido de R\$ 1 bilhão. “O fundo público transferido assim até parece que é outra forma de direito”, explica Sara, que acredita que o Brasil se tornou modelo para a Europa nesse tipo de “política social de mínimos”, que “abre espaço para novos negócios”. Taxativa, ela resume: “Sem o Estado transferindo essas quantidades amazônicas de recursos – no Brasil, Portugal, França, Alemanha, Estados Unidos... –, o capitalismo já teria colapsado”.

O papel da dívida

Na Europa, os gritos pelo fim da austeridade têm se voltado, principalmente, contra a Troika – formada pelo Banco Central Europeu, FMI e Comissão Europeia –, que é identificada como a grande responsável pelos sacrifícios impostos à população. Isso porque, para conceder emprésti-

mos aos países em crise, essas instituições estabelecem um conjunto de condições que, entre outras coisas, destacam a necessidade de se “equilibrarem as contas públicas”, o que em geral significa a diminuição da atuação direta do Estado na garantia de direitos. Segundo João Marcio Pereira, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os chamados “programas de ajuste estrutural” começaram em 1980, como uma modalidade específica de empréstimo do Banco Mundial, que tentava redirecionar o gasto público para garantir o pagamento dos credores externos em dia. Mas ele destaca como um “erro comum à maioria dos críticos da esquerda” a ideia de que esses pacotes são impostos de fora para dentro. “Não necessariamente os programas de ajuste estrutural ou pacotes de austeridade, como se queira chamá-los, são ‘impostos’, no sentido de irem contra os interesses de todas as frações da classe dominante nacional. Na verdade, isso é mais a exceção do que a regra”, diz, e completa, exemplificando com o caso do Banco Mundial: “A atuação do Banco historicamente se deu – e ainda se dá – em meio a uma malha cada vez mais larga e densa de relações, que envolve agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais, que apoiam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições políticas da instituição”.

Embora não tenha necessariamente uma Troika no seu caminho, no Brasil a meta que tem orientado os ajustes estruturais e agora justifica o sacrifício de direitos dos trabalhadores é a mesma: o pagamento da dívida. A principal diferença é que, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, hoje, enquanto a dívida externa brasileira está em R\$ 554,7 bilhões, a dívida interna, aquela contraída com credores que atuam dentro do país, chega a R\$ 3,3 trilhões, dos quais 95% estão nas mãos do setor financeiro.

O preço da austeridade

“Historicamente, a conta das medidas de ‘ajuste’ tem recaído sobre os ombros da massa da população, que vive de salário e depende dos serviços públicos”, explica João Márcio. E, no contexto atual, os números são alarmantes. Na Grécia, onde já se reconhece a existência de uma “crise humanitária”, a taxa de desemprego subiu de 8% para 26% nos três anos de ‘ajustes’ e hoje chega a 60% entre a juventude; um terço da população não tem mais segurança social e 40% não tem mais acesso ao sistema público de saúde. O número de suicídios também aumentou significativamente: uma recente pesquisa desenvolvida pela Universidade da Pensilvânia mostrou que, em 2011, nos meses seguintes ao anúncio do segundo pacote de austeridade, que incluiu cortes de salários e diminuição dos benefícios sociais, subiu em quase 36% o número de pessoas que tiraram a própria vida. Cenário semelhante se repete principalmente nos outros países da ‘periferia’ da Europa: em Portugal, segundo Sara Graneman, em apenas três anos de medidas de austeridade, seis mil pessoas se suicidaram. A quantidade de trabalhadores portugueses cobertos por contratos coletivos caiu de quase 1,9 milhão em 2008 para 246 mil em 2015, o que significa que diminuiu de 50% para 5% o número de assalariados com direitos trabalhistas no país. Mas como se chegou a esse ponto? Numa análise que parece um alerta para o que os brasileiros têm pela frente, Sara detalha: “Começaram a tirar aquelas coisas que parecem pequenas e não se notam no dia a dia, mas que, quando se percebe o acúmulo, vê-se que foi muito. Em Portugal, por exemplo, a agenda de atendimento nos hospitais e postos de saúde começou a ser mais demorada, começou-se a priorizar as doenças que seriam atendidas. Ah, bom: uma gripe é secundária com relação à hemodiálise. Mas antes não era assim”, conta, e completa: “Foi um processo de desconstrução. O povo passou a ter certa confiança cultural de que os direitos que tinham conquistado não seriam alterados nunca. Então, deixou a política para os políticos. E os políticos, deixados à sua própria sorte, em sua maioria não representam os trabalhadores, representam o capital”. ●

Cátia Guimarães